

UNIOESTE  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL

KARINA KESTRING

**SUCCESSÃO RURAL: A PERCEPÇÃO DOS AGENTES DE ATER**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PARANÁ - BRASIL  
MARÇO - 2021

KARINA KESTRING

SUCESSÃO RURAL: A PERCEPÇÃO DOS AGENTES DE ATER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento territorial, meio ambiente e sustentabilidade rural.

Orientador: Prof. Dr. Wilson João Zonin

MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PARANÁ – BRASIL  
MARÇO DE 2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Kestring, Karina

Sucessão rural: a percepção dos agentes de ATER :  
KESTRING, Karina; M.Sc; Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná; Março de 2021; / Karina Kestring; orientador(a),  
Wilson João Zonin, 2021.

62 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste  
do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, Centro de  
Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Rural Sustentável, 2021.

1. Sucessão rural. 2. Assistência técnica. 3. Juventude  
rural. 4. Extensão rural. I. Zonin, Wilson João. II.  
Título.



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Campus de Marechal Cândido Rondon

Centro de Ciências Agrárias

Programa de pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável  
Mestrado e Doutorado

**KARINA KESTRING**

### **SUCCESSÃO RURAL: A PERCEPÇÃO DOS AGENTES DE ATER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme orientação do Ato Executivo nº 021/2020-GRE, Resolução 052/2020 - CEPE e Portaria Capes nº 36/2020, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, **APROVADA** pela seguinte banca examinadora:

Orientador – Wilson João Zonin

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon

Valdecir José Zonin

Universidade Federal Fronteira Sul

Fábio Corbari

Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu

Marechal Cândido Rondon, 02 de março de 2021.

Prof. Dr. Wilson João Zonin  
Coordenador Especial do PPGDRS  
Portaria nº 4178/2020 – GRE

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelos dons da vida, da sabedoria e da paciência, pela possibilidade concebida por Ele de me dotar de sensatez, lucidez e consciência.

À Unioeste, especialmente aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, pela transmissão de seus ensinamentos, essenciais para minha formação, assim como os servidores e estagiários pelo auxílio no decorrer da caminhada.

À CAPES, pela bolsa disponibilizada, auxiliando para que este estudo pudesse ser concretizado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Wilson João Zonin, por toda a orientação, seus conselhos e direcionamentos que foram de grande ajuda e motivação para prosseguir nos estudos que me fizeram chegar até este momento.

À minha família, em especial meu esposo Mauricio Zanoni, meu filho Arthur K. Zanoni, aos meus pais e aos demais familiares, por todo o apoio e incentivo prestados

Aos meus amigos (as) Daniela S. Daniel, Daniele G. Rorato e Vinicius Mattia por todas as conversas, ajudas e orientações que contribuíram para este momento.

Às instituições IDR- Paraná, Capa e Biolabore, por se disponibilizarem em repassar os questionários aos agentes de Ater e também os profissionais que responderam, proporcionando assim os dados apresentados neste estudo.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Participantes da pesquisa por instituição. ....	31
<b>Figura 2:</b> Locais de atuação dos agentes de Ater. ....	32
<b>Figura 3:</b> Tamanho médio das propriedades assistidas pelos agentes de Ater da região Oeste do Paraná. ....	33
<b>Figura 4:</b> Atividades atendidas e suas formas de produção. ....	34
<b>Figura 5:</b> Frequência das respostas dos agentes de Ater em relação ao percentual de propriedades que atendem e que não apresentam jovens. ....	37
<b>Figura 6:</b> Frequência das respostas dos agentes de Ater em relação ao percentual de propriedades que atendem e que apresentam jovens. ....	38
<b>Figura 7:</b> Visão dos agentes de Ater quando aos jovens continuarem nas atividades da propriedade. ....	39
<b>Figura 8:</b> Existência do diálogo entre pais e filhos acerca da sucessão familiar. ....	44
<b>Figura 9:</b> Nuvem de palavras formulada com as respostas dos extensionistas quanto aos trabalhos realizados com os jovens no meio rural. ....	46
<b>Figura 10:</b> Preparação das instituições para trabalharem com juventude e sucessão rural. ....	51

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Respostas dos agentes de Ater sobre a permanência ou saídas dos jovens nas propriedades rurais. ....	40
<b>Quadro 2:</b> Contribuição no diálogo entre pais e filhos nas propriedades. ....	45
<b>Quadro 3:</b> Respostas dos extensionistas quando as políticas públicas voltadas para os jovens rurais. ....	48
<b>Quadro 4:</b> Principal demanda para os jovens rurais.....	49

## LISTA DE SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural  
ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural  
Ater – Assistência técnica e extensão rural  
BP3 – Bacia do Paraná 3  
CAPA – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia  
CNDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná  
COOPERCAMPOS – Cooperativa de Campo Novos  
CPR – Centro Paranaense de Referência de Agroecologia  
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
FLD – Fundação Luterana de Diaconia  
GO – Goiás  
Google Forms – Formulário do Google  
ha - Hectares  
IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná  
IDR - Paraná – Instituto de Desenvolvimento Rural - Paraná  
IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil  
JEC – Jovens Empreendedores da Coopercampos  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio  
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAA – Programa de aquisição de alimentos  
PMAA - Programa Municipal Apoio às Associações  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PR – Paraná

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar

PRONAF jovem – Programa Nacional da Agricultura familiar, linha jovem.

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

RB – Relação de Beneficiário

RS – Rio Grande do Sul

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assi Assistência Técnica e Extensão Rural

SIPRA – Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária

## RESUMO

A juventude rural tem, cada vez mais, saído do campo em busca de melhores condições, muitas vezes na cidades, mas também em outras propriedades rurais, por isso este trabalho tem como objetivo observar este comportamento dos jovens através da visão dos agentes de Ater, que atuam nas propriedades da região Oeste do Paraná – BR. Para a realização do trabalho, entrou-se em contato com três instituições de Ater da região, o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), a Cooperativa de trabalho Biolabore e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR – Paraná), enviando-lhes um questionário via plataforma Google Forms para que pudessem repassar informações referentes à temática em estudo. Conforme as respostas obtidas, os jovens continuam a sair do campo por sentirem que não pertencem a este local, aspecto associado à falta de diálogo e de incentivo dos pais, que acabam por não dar liberdade aos jovens para cuidarem da propriedade. Associado a isso, há ainda, em alguns casos, um incentivo para que esses jovens busquem condições melhores de vida. Conclui-se que a ATER, no âmbito deste estudo, mesmo atuando de forma mais indireta, tem trabalhado este tema, porém, precisa se aperfeiçoar, visando ampliar as condições para a permanência dos jovens no campo.

Palavras-chave: Assistência técnica; Extensão rural; Juventude rural.

## **ABSTRACT**

The rural young people have been leaving their properties even more seeking for better life conditions in the cities. In other hand, they can find these conditions in other rural properties. Therefore, this research aimed to analyses the behavior of these young people according to the perception of technical assistance and rural extension agents who develop their job in the West of Parana – BR region. To realize the research, it was contacted three institutions that have agents in the region: The Support and Promotion Center for Agroecology (CAPA), the Biolabore cooperative of professionals and the Parana Rural Development Institute (IDR – Parana). After, a questionnaire by Google Forms platform was sent for agents to answer. According to the answers, the rural young continue to leave the lands because they don't feel that belong there, there is also a lack of dialogue with their parents, a gap of encouragement from parents who doesn't giving young people freedom to work independently on the property and added in some cases the encouragement to become better life conditions out of there. It was concluded according to this study that the agents, even if indirectly, have covered this theme in their operation, but need more improvement seeking expand the conditions to young people continue in the land.

Keywords: Technical assistance; rural extension; rural youth.

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>15</b>
1.1.1	OBJETIVO GERAL.....	15
1.1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>17</b>
2.1	ATER .....	17
2.2	JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL .....	20
2.3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	24
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>31</b>
4.1	IDENTIFICAÇÃO .....	31
4.2.	PRESENÇA DE JOVENS NAS PROPRIDADES.....	36
4.3.	SUCESSÃO RURAL.....	39
4.4.	DIÁLOGO, ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	44
4.5.	PREPARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES.....	50
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>54</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>
<b>7</b>	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural passou por diversas mudanças de percepções, alterando assim, os modos de fazer agricultura, dos quais se destacam dois momentos importantes manifestados após a Revolução Industrial. O primeiro deles, atrelava o desenvolvimento rural ao progresso econômico, tecnológico e intensivo e o segundo, refere-se ao momento em que se passa a pensar nas famílias mais pobres, porém, ainda de modo falho no que se refere a uma visão que intermedia esses dois momentos (SCHNEIDER, 2010).

Para Boff (2014), o desenvolvimento sustentável é definido como aquele que atende nove necessidades fundamentais à condição humana: a subsistência, a proteção, o afeto, o entendimento, a criatividade, a participação, o lazer, a identidade pessoal e cultural e a liberdade. Utilizando-se desta definição e correlacionando-a ao tema da juventude e sucessão rural, percebe-se que quanto mais se atendem as dimensões da sustentabilidade, maior é a relação do jovem com o meio rural e, portanto, maior também é a expectativa de garantia de sucessão, principalmente no atendimento das necessidades de afeto, autonomia e liberdade.

Um fator importante para a sobrevivência das propriedades rurais é a sucessão, a qual faz parte do ciclo de vida dos negócios familiares, porém, em muitos momentos, durante os serviços e processos realizados, aparecem os problemas e para isso um bom planejamento é um dos pontos chaves para o sucesso ou fracasso e para apresentar bons resultados (BIFF et al., 2018).

A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é uma maneira de tentar auxiliar os produtores nesse planejamento para a sucessão. Contudo, a Ater no Brasil, está mais voltada para a busca de maiores rendas e maiores lucros por meio da difusão de tecnologias, sem apresentar uma preocupação sobre seus efeitos para a agricultura, privilegiando principalmente grandes produtores e desassistindo os pequenos produtores, em especial os agricultores familiares.

A mudança desse cenário foi tardia e levou algum tempo para que ocorressem transformações que atendessem as necessidades dos agricultores familiares, que necessitavam de políticas públicas para impulsionar sua produção e melhorar suas condições de vida. Nesse processo, no entanto, foram incluídos os conceitos de desenvolvimento

sustentável, agroecologia e controle social como mecanismos de promoção da agricultura familiar. (CASTRO; PEREIRA, 2017).

Dentre tantas formas de poder auxiliar os jovens em sua escolha de permanecer nas propriedades, uma está nas ações da Ater, cujos profissionais que ali atuam podem colaborar com a permanência do jovem no campo ao abordar temáticas acerca das oportunidades para os jovens, que atendam às suas necessidades e expectativas no meio rural, tentando então evitar o êxodo destes jovens para o meio urbano.

Nota-se, nos últimos dados levantados pelos censos demográficos, que há uma diminuição da população rural e um aumento da população urbana, principalmente entre a faixa etária considerada jovem, demonstrando assim um processo contínuo de evasão. Como principal resultado deste processo, desponta a concentração de posse das áreas rurais e o aumento dos centros urbanos, além do envelhecimento da população do campo e a decorrente falta de força de trabalho. Estudar a ocorrência deste fato em alguns locais pontuais e a atuação dos agentes de Ater neste cenário permite verificar as possibilidades de existência da sucessão nas propriedades rurais e inferir sobre possíveis causas da não existência, bem como, levantar sugestões para a mudança ou melhoria do panorama.

Assim, este trabalho teve por objetivo analisar a sucessão rural na Região Oeste do Paraná, segundo o ponto de vista dos agentes de Ater que atuam em órgãos públicos e privados na região e também a visão desses profissionais em relação à presença e permanência dos jovens nas propriedades. Partindo desse propósito, o estudo foi orientado pelas seguintes pesquisas norteadoras: será que estes extensionistas trabalham com os jovens do meio rural sobre o tema da sucessão? Esse trabalho auxilia para que haja um diálogo entre pais e filhos acerca desse tema? Essas instituições estão, de fato, bem preparadas para desempenhar essa função?

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a visão dos agentes de Ater sobre a situação da juventude e da sucessão rural em propriedades da Região Oeste do Paraná.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Detectar como é a atuação dos agentes de Ater quanto aos jovens do meio rural.
- b) Identificar se os agentes de Ater trabalham a questão da sucessão rural com os produtores.
- c) Verificar a percepção dos agentes de Ater sobre a vontade dos jovens de permanecer ou de sair da propriedade.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo aborda importantes relações do contexto em estudo e fornece embasamento conceitual e teórico sobre o tema a ser tratado, evidenciando as temáticas alusivas à Ater, à juventude e à sucessão rural, bem como, as definições de desenvolvimento sustentável.

### 2.1 ATER

A assistência técnica e extensão rural (Ater), segundo a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER é definida como:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. (BRASIL, 2010).

A Ater apresenta uma grande importância no contexto da agricultura brasileira, estando presente no país desde os anos 1950, período em que sua configuração passou por diversas modificações, tanto na forma de trabalho quanto na legislação que a regulamenta e auxilia na execução de seus deveres (PEIXOTO, 2008).

Inicialmente, empregava-se apenas o termo extensão rural para designar essas atividades, o qual teve origem em universidades inglesas durante o século XIX, mas somente no século XX, nos Estados Unidos, é que se institucionalizou, dando à extensão rural o reconhecimento que se tem atualmente por meio da criação de um serviço cooperativo das universidades (JONES; GARFORTH, 1997).

No Brasil, a extensão rural teve início no estado de Minas Gerais, quando a, então, a escola superior de Viçosa, hoje conhecida como Universidade Federal de Viçosa, criou a semana do fazendeiro, na qual ofereceu diversos cursos e palestras. A primeira institucionalização efetiva no país foi com uma Associação de Crédito e Assistência Rural, ACAR, que seguia os moldes daquela criada nos Estados Unidos, visando ao ensino

de novas práticas e conhecimentos agrícolas com o intuito de educação informal.

A ACAR era o órgão estadual, enquanto o federal foi designado como Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, ABCAR. Com o passar dos anos e a mudança de governos, mudou-se o sistema de assistência técnica, que passou a ser denominado Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, SIBRATER. A última alteração de nomenclatura levou à criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMBRATER, que nos estados passou a ser chamada EMATER (PEIXOTO, 2008; SANTOS et al., 2016).

No ano de 2003, o governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, criou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, PNATER, mais participativa e democrática do que a política que havia sido criada dois anos antes pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, CNDRS. Seu lançamento ocorreu somente em maio do ano seguinte, tornando-se a base das diretrizes do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, PRONATER, que foi lançado em março de 2005 pelo governo federal com o intuito de estimular os governos estaduais a articularem seus próprios programas estaduais de Ater (PEIXOTO, 2008).

Os beneficiários do Pronater são assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiados pelos programas de colonização e irrigação. Para que se possa usufruir desse programa, deve-se apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf, DAP ou constar na Relação de Beneficiário, RB, homologada pelo Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária, SIPRA. (BRASIL, 2010).

Inicialmente, a extensão rural no país era voltada para a modernização da atividade camponesa, que era considerada atrasada e a principal geradora de pobreza. Os extensionistas da época fizeram uso do modelo difusionista-inovador para promover a agricultura dentro dos padrões de desenvolvimento do capitalismo (PIRES, 2011).

Mesmo sendo pública, a Ater brasileira era formada, em sua maioria, por médios e grandes produtores que produziam principalmente

*commodities* como a soja e o milho, para exportação, dificultando os acessos dos pequenos produtores às políticas públicas, pois o custo de investimento era alto para esse grupo. (CASTRO; PEREIRA, 2017).

Construiu-se essa ideia até o lançamento da PNATER, a qual passou a ter um olhar mais sustentável para a produção agrícola, cuidando do meio ambiente e incentivando a produção de alimentos para gerar renda aos produtores (VIEBRANTZ, 2008).

Alterações foram observadas no dia a dia da propriedade, tanto em grandes como médias e pequenas, possibilitando um potencial aumento da produtividade através do avanço tecnológico, em vista disso, parte do setor agrícola direcionou a produção para a exportação e os que não foram para este segmento ficaram restritos à produção local (JUNIOR; LACERDA, 2019).

Contudo, essa modernização no campo foi embasada em uma determinada fonte de renda que visava ao aumento da produtividade, o que excluía boa parte das pequenas e médias propriedades rurais, que não tinham facilidade ou ainda não conseguem adquirir tecnologias resultando em inviabilização da propriedade e contribuindo para o êxodo rural (HARTIWIG, 2009).

Na tentativa de se manter operante no campo, a associação em cooperativas foi uma prática muito difundida pelo país, sendo que os agricultores optaram por essa modalidade visando a melhores preços de vendas e compras de mercadorias para aumentar a viabilidade de seus empreendimentos. Essa forma de comercialização também permitia que seus associados acessassem mercados globalizados e pudessem promover a socialização do trabalho.

Nas regiões em que o emprego de cooperativas é utilizado, observa-se um aumento na renda e um notável avanço no desenvolvimento da agricultura (DEGGERONE; OLIVEIRA, 2018). Por essa razão, é que se pode afirmar que a cooperação influencia no investimento social, na potencialização de ações coletivas para o enfrentamento e resolução de problemas, fortalece a capacidade de representação e organiza as demandas dos agricultores frente ao poder público e ainda, pode estimular, consolidar e dar efetividade ao modelo produtivo-tecnológico embasado na agroecologia (CHRISTOFFOLI, 2007).

A entrada da modernização no campo traz consigo uma diferenciação econômica e social, pois implica uma maior utilização de tecnologias e de insumos industrializados, um maior acesso ao crédito e a conformação de

mercados, isso tudo associado à busca por maiores lucros, pensamento que começa a conduzir a vida do agricultor, trazendo novos padrões de sociabilidade. Por outro lado, essas vantagens fizeram com que as gerações mais novas, os jovens do campo, passassem a ter um maior tempo de estudo, o que não é um aspecto negativo, e um maior contato com o modo de vida urbano, com seus valores e cultura, o que levou muitos jovens camponeses a buscar novas formas de vida por considerá-las em mais fáceis do que a vida no campo (KISCHENER et al., 2015).

## 2.2 JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL

Nos anos 60, na região Sul do país, estudos de Cortina e Silvestro (1998) evidenciaram que o principal objetivo dos pais era conseguir colocar seus filhos para continuarem na mesma profissão que eles escolheram, seja pela repartição da terra para os herdeiros ou pela tentativa de os colocar como agricultores em outro local, fato associado ainda à dificuldade de novos horizontes. Com base nesse levantamento de dado, apresentaram a “ética da continuidade”, a qual requeria o cumprimento de 2 objetivos: preservar o máximo possível de patrimônio fundiário e garantir a instalação dos membros da família (CORTINA; SILVESTRO, 1998).

A sucessão rural, anterior à década de 1970 encontrava maiores possibilidades de continuidade por contar com as características familiares mais enraizadas, nas quais os mais novos aprendiam o trabalho com os mais velhos, assimilava, os valores e costumes e primavam pela proximidade geográfica, econômica e social de seus pais (SPANVELLO, 2008).

Na região Sul do Brasil, os anos de 1970 foram os mais expressivos quanto ao êxodo rural, pois quase metade da população que residia no campo foi responsável por 29% da migração que ocorreu no país durante este período, ocasionando um declínio de 2 milhões de habitantes na área rural do país. Tal ocorrência pode ter sido influenciada pelos incentivos econômicos e estímulos para a adoção de práticas produtivas e culturais com menor necessidade de mão de obra (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Não obstante, essa mesma região do Brasil apresenta uma forte influência da agricultura familiar, apresentando um aumento nas taxas de fecundidade nas décadas anteriores, o que reduziu a probabilidade de os filhos seguirem na

profissão dos pais, devido às dificuldades para se expandir novas fronteiras agrícolas. Foi então que a região Norte passou a representar o que a região Sul foi para os pais e avós de alguns novos agricultores, quando vieram do Rio Grande do Sul (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Cortina e Silvestro (1998), apontaram que a sucessão pode ocorrer devido a quatro pilares: o primeiro deles é a instituição do minorato, no qual o filho mais novo assume a propriedade e cuida dos pais quando estes apresentarem uma idade avançada. O segundo é o de ensinar os filhos mais velhos permanentemente, para que possam ter condições de seguir a profissão dos pais, ao passo que o terceiro valoriza a atividade agrícola, de forma que quando os filhos chegam à vida adulta, sua maior realização da vida é ser agricultor. O quarto, por fim, prima pela presença de uma grande mobilidade espacial e o mercado de terras dinâmico entres os familiares.

A sucessão geracional, para Strapassolas (2011), é aquela na qual há transferência de poder e de patrimônio entre gerações no ambiente de produção familiar, ou seja, retira-se a geração mais idosa da gestão da propriedade e coloca a mais nova com o intuito de formar um novo agricultor. Além da reprodução específica de um patrimônio material entre as gerações, a sucessão deve levar em conta a transmissão de um patrimônio histórico e sociocultural.

Muitas vezes, o processo de sucessão não ocorre, devido a alguns conflitos enfrentados entre os familiares, dentre eles, pode-se destacar a dificuldade do pai em aceitar as ideias dos filhos, a falta de autonomia e a liberdade para trabalhar na propriedade (STRAPASSOLAS, 2011).

Ferrari et al. (2004) notaram em seus estudos que os jovens na faixa etária de 13 a 18 anos apresentavam menor interesse em continuar na propriedade e, quando separados por gênero, tal decisão se intensificava no que se refere às moças. Apontam ainda que esses jovens deveriam ser incentivados a continuar nas propriedades, pois, ao contrário de outras profissões, a do agricultor é aprendida no meio familiar em que o jovem cresce, chegando aos 18 e 20 anos já tendo um maior entendimento. Assim, seria necessário disponibilizar a esses jovens meios de acessar o conhecimento mais facilmente para criar oportunidades não somente no campo, mas para o meio urbano também, contribuindo para uma dinamização social e econômica do meio rural.

O processo de transformação tecnológica, acompanhado da globalização, impulsionou os agricultores a se inserirem na forma capitalista de produzir, na

qual se faz necessário assumir mais tarefas com maior responsabilidade e tomadas de decisões mediante a situações de mercados internacionais (SPANEVERELLO, 2011). Como afirma Brumer (2000), devido a modernização da agricultura os proprietários passaram a adquirir novos conhecimentos e para a realização de trabalhos mais complexos, passaram a utilizar equipamentos sofisticados, o que acabou por diminuir a necessidade de mão de obra na propriedade.

As novas formas de se trabalhar na agricultura oriundas da modernização, afetaram, portanto, a sucessão de forma diferenciada, conforme o grau de inserção na economia, tamanho da propriedade, capacidade de produção, organização do trabalho, relação dos pais com os filhos e também pelo modo de vida. Esses fatores, somados ao chamado processo de individualização, alteram algumas questões referentes à sucessão, que pode ser bem-sucedida à medida que se observa as condições em que a família e a propriedade se encontram (SPANEVERELLO, 2008).

A classe intitulada como jovens rurais é um recorte diferente das juventudes e ainda envolve uma diversidade conceitual. O atributo rural que vem com a juventude está atrelado ao modo de produção e ao trabalho realizado nas propriedades rurais como forma de diferenciação dos jovens urbanos. Quando se analisa esse conceito sob a ótica dos jovens rurais, encontra-se questões relacionadas à diversificação da propriedade, às formas de conquistar autonomia financeira, de gerir a propriedade ou ainda, de realizar empreendimentos.

Observa-se assim, que o século XXI apresenta alternativas para os jovens que residem no meio rural realizarem seus projetos de vida que vão além da produção agrícola especificamente (ZANOL; STROPASOLAS, 2019). Em paralelo a isso, nota-se que a divisão da propriedade entre dois ou mais irmãos, no caso da agricultura familiar, muitas vezes se torna inviável economicamente devido ao pequeno tamanho de área (ABRAMOVAY, 2000) e é nesse momento que o jovem passa a procurar emprego, na maioria das vezes no meio urbano, e começa a se desvincular da propriedade, em especial pelo desejo de ter autonomia financeira (BRUMER, 2000).

Em unidades familiares que têm uma economia consolidada, também pode não ocorrer o processo de sucessão, pois nos últimos anos, com o avanço das tecnologias em alguns setores de produção, faz-se necessária mão-de-obra mais qualificada, mais intensiva, a qual, muitas vezes, precisa estar presente em

feriados e finais de semana, desestimulando os jovens por não terem uma remuneração maior ou ainda pelo fato de não terem lazer nos finais de semana (STRAPASSOLAS, 2011).

A agricultura familiar é um segmento importante para o desenvolvimento do setor agrícola do país, porém mesmo assim é crescente a saída dos jovens do meio rural para as cidades, parte disto é justificado pela ausência de políticas públicas voltadas para esta classe. No Brasil, a predominância de desenvolvimento rural ainda está vinculada à ideia de desenvolvimento econômico, atrelado, por sua vez, aos grandes proprietários de terras que trabalham num sistema de sucessão de culturas (soja e milho em muitos casos), explorando a força de trabalho e esgotando os recursos do meio ambiente (CONTAG, 2015).

Os jovens que estão inseridos em uma propriedade de agricultura familiar são membros de uma unidade familiar agrícola na qual o pai é, de maneira geral, quem toma as decisões e os filhos, desde pequenos, são instruídos acerca de quais atividades devem fazer e de como devem desenvolvê-las. Em muitos casos, esse trabalho é voltado somente para os meninos e as moças ficam auxiliando a mãe no serviço doméstico (MARIM; FROEHLICH, 2019).

Os jovens rurais visam à diversidade das atividades da propriedade, buscando não trabalhar somente com as atividades primárias, mas também agregando valor aos produtos, aos processos e à propriedade, conquistando assim uma autonomia financeira na gestão da unidade familiar. O meio rural pode trazer ao jovem de hoje uma forma de realizar seus projetos de vida que vai além da produção agrícola (MARIM; FROEHLICH, 2019). No entanto, umas das dificuldades relatadas por Brumer (2000) para isso, está na questão de o pai não passar a terra para o filho enquanto ainda é vivo, gerando uma baixa expectativa entre o projeto de se instalar como agricultor e conseguir uma efetiva realização pessoal.

Além disso, a sucessão familiar pode ainda encontrar uma barreira etária, pois os últimos censos demográficos apontaram que a expectativa de vida tem aumentado e com isso, prolonga-se a passagem das atividades do pai para filho, o que pode levar os possíveis sucessores a não pensar nessa hipótese e saírem em busca de novos projetos de vida. (KISCHENER, 2015).

Nos estudos realizados por Abramovay (2000), afirma-se que ser agricultor não apresenta um caráter moral, como nas gerações anteriores, mas

sim uma profissão dentre tantas outras que os jovens podem escolher, evidenciando o fim de uma fusão entre destino da propriedade e o da família.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Sebrae, no ano de 2005, de cada 100 empreendimentos familiares, somente 30% chegava a ter uma segunda geração e 5% até a terceira. Essa carência de sucessão acontece, muitas vezes, por falta de planejamento, pois os herdeiros, muitas vezes, não se preparam de forma adequada para este processo e comprometem a continuidade das empresas (CANÇADO et al., 2013; TOLOTTI et al., 2018).

Para os jovens, ficar ou sair da propriedade, muitas vezes, não representa sucesso ou fracasso, mas a conclusão de uma escolha na qual visava a uma melhor qualidade de vida, a valores e a costumes atrelados à tecnologia e a comodidades existentes no meio urbano, almejando o que seria o melhor do campo com o da cidade (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

### 2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável pode ser definido como o equilíbrio existente entre a tecnologia e ambiente, de modo que todos os grupos sociais de uma nação e dos mais diversos países estejam em busca da igualdade e da justiça social (CARVALHO et al., 2015)

A sustentabilidade é constituída de métodos e intervenções que visam dar continuidade à vida e à integridade da Mãe Terra, buscando preservar os ecossistemas de forma a possibilitar a existência e a reprodução da vida, atendendo as necessidades das gerações atuais e também das próximas (BOFF, 2014).

A definição ou o conceito de sustentabilidade só começou a se firmar depois de meio século da sua adoção pela Organização das Nações Unidas, quando da Declaração Universal dos Direitos Humano no ano de 1948, na qual a expressão “desenvolvimento sustentável” apresenta um valor muito próximo ao da “justiça social”.

A teoria do desenvolvimento ficou camuflada pela lógica dos meios, a qual tenciona para que se explique desenvolvimento através do sistema de produção que se instaurou juntamente com o crescimento industrial. O desenvolvimento projeta-se como um processo de transformação da sociedade não só com

relação aos meios, mas também pelos seus fins (VEIGA, 2010). Corroborando essa ideia, Sachs (2004) enfatiza que o desenvolvimento é também aquele que atua de maneira includente, ou seja, que leva em conta as condições e relações humanas.

O conceito de desenvolvimento sustentável, surgiu em 1987 através do relatório de Brundtland, com o intuito de promover o crescimento econômico e superar a pobreza dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Este conceito representa uma nova forma de desenvolvimento econômico que visa à adoção e ao aumento da reutilização e da reciclagem por meio da educação ambiental, considerada a maneira mais direta e funcional de atingir metas. Busca ainda suprir as demandas sem comprometer as futuras gerações, unindo as lacunas econômicas, sociais, ambientais, políticas e dos direitos humanos.

O crescimento econômico, nessa teoria, não será constante e infinito, pois existem limites ecológicos que, quando ultrapassados, geram uma degradação e escassez que não pode ser reversível. Por isso, o crescimento deve ser mensurado de forma que atenda às necessidades humanas e ambientais. (CARVALHO et al., 2015).

Sachs (2009), afirma que para se estabelecer um desenvolvimento sustentável é necessário o atendimento a oito critérios que o definem, sendo esta definição expandida quando comparada às anteriores, que envolviam apenas três pontos: economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente justo. Os critérios estabelecidos de maneira ampliada envolvem os seguintes aspectos: social, que garante a homogeneidade no que tange à distribuição de renda justa, o emprego pleno e autônomo, bem como o acesso a recursos e serviços; cultural, que leva em consideração as alterações que ocorrem em uma comunidade como base para manter o equilíbrio entre a tradição e inovação; ecológico, voltado à preservação da natureza; ambiental, pautado no resguardo e no aumento da estabilidade dos ecossistemas; territorial, voltado à elaboração de estratégias para a recuperação e desenvolvimento ambiental de áreas consideradas ecologicamente mais frágeis; econômico, pautado na estabilização do desenvolvimento entre os setores com vistas a garantir, sobretudo, a segurança alimentar; político nacional, que considera a implementação de políticas públicas Nacionais e de projetos nacionais que garantam a coerência social; e político internacional, voltado à implementação de Políticas

Internacionais, a fim de prevenir conflitos e controlar institucionalmente o sistema internacional financeiro de negócios e a questão ambiental.

O desenvolvimento rural, portanto, está ligado ao processamento de novos produtos e serviços, com novos mercados, com menor custo e com novas tecnologias, para que seja reconstruída a agricultura não apenas a nível de estabelecimento, mas da economia como um todo. Tal visão gera uma saída para as limitações e para a falta de perspectiva associada ao paradigma da modernização e ao aumento rápido de escala e industrialização imposto por ela. (MAIA; RIEDL, 2017).

Para Carneiro (2007), o desenvolvimento rural está atrelado à ocupação que este espaço apresenta, seja de atividade agrícola ou não agrícola, buscando uma revalorização do campo e do mundo rural como espaço de lazer e moradia, lugar de trabalho e vida. Tais atividades conferem ao meio rural um dinamismo por incorporar o turismo, o lazer, a moradia e a preservação da natureza e levar os agricultores familiares, principal categoria social dos territórios rurais, a buscarem novas formas de viver e organizar a produção, visando ao aumento da renda familiar e à permanência no campo. Para o autor essa é uma agricultura que produz para o autoconsumo, abastece o mercado interno e promove oportunidade de trabalho e renda.

No Brasil, não muito tempo atrás, havia debates que giravam em torno da economia agrícola, do agronegócio e dos seus mercados, porém sem utilizar o termo desenvolvimento rural. No entanto, a produção científica brasileira vem comprovando a importância desse debate para a ciência e para a sociedade ao redefinir o paradigma da modernização agrícola que dominou as teorias, práticas e políticas como principal forma de elevar a renda e levar ao desenvolvimento. Essa compreensão foi gradativamente substituída na Europa pela ideia de um desenvolvimento rural que busque um novo modelo de agricultura, com novos objetivos, como por exemplo a produção de bens públicos (paisagens), sinergias e ecossistemas, a maior valorização das economias de escopo quando comparadas as economias de escala e a pluriatividade da propriedade rural (ZICH, 2017).

Para auxiliar nessas mudanças, o governo federal, juntamente com os sindicatos, agricultores e outros atores relacionados à agricultura, como as empresas de pesquisa, vem, desde a década de 40, formulando políticas para que exista uma assistência técnica especializada para auxiliar os produtores. No

início, essa política era voltada exclusivamente para o modelo de modernização da agricultura e após a década de 90, passou a se voltar para um modelo de sustentabilidade, configurando os atuais órgãos públicos como responsáveis pelo desenvolvimento de novas tecnologias para os pequenos e médios produtores, bem como, por prestarem a assistência técnica aos mesmos.

O poder público tem um papel fundamental no desenvolvimento de políticas e programas que atendam a sustentabilidade de forma que envolva todos os atores sociais que estão ligados à questão ecológica ou ambiental. Com esse propósito, a declaração da Rio 92 e a Agenda 21, alegam que o desenvolvimento sustentável é um direito humano, ligando assim grande parte dos movimentos sociais e ambientais que passam a ser os temas prioritários da agenda internacional (CARVALHO et al., 2015).

No ano de 2015, diversos países se reuniram com objetivo de decidir sobre novos caminhos que poderiam melhorar a vida das pessoas em todos os lugares. As ações visavam acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente, enfrentar as mudanças climáticas e, além disso, promover a prosperidade e o bem-estar (ONU, 2018). Essas ações resultaram nos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS: 1 - Erradicação da pobreza; 2 - Fome zero; 3 - Boa saúde e bem-estar; 4 - Educação de qualidade; 5 - Igualdade de gênero; 6 - - água limpa e saneamento; 7 - Energia acessível e limpa; 8 - Emprego digno e crescimento econômico; 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; 10 - Redução da desigualdades; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 12 - Consumo e produção responsáveis; 13 - Combate às alterações climáticas; 14 - Vida de baixo d'água; 15 - Vida sobre a terra; 16 - Paz, justiça e instituições fortes; 17 - Parcerias em prol das metas (ONU, 2018).

Os ODS foram baseados nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ODM, sendo eles: 1 - Acabar com a fome e a miséria; 2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6- Combater a Aids, a malária e outras doenças; 7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento, (ONU, 2018).

A chamada Agenda 2030 é um documento elaborado pela Organização das Nações Unidas, ONU que se caracteriza como um plano de ação tanto para as pessoas quanto para o planeta, visando à prosperidade, além de buscar o

fortalecimento da paz universal com mais liberdade. Corresponde ainda ao conjunto de programas voltados ao desenvolvimento sustentável do planeta, incluindo também o meio rural.

Nesse percurso de mudanças, a extensão rural precisou mudar seus moldes convencionais para atender as novas demandas da sociedade, passando a promover mais o desenvolvimento sustentável, tendo em vista que esta melhora o quadro da geração de trabalho e renda dos agricultores familiares (MATTIA et al., 2019). Assim, os serviços de Ater na agricultura familiar são essenciais para a promover o desenvolvimento sustentável, principalmente quando voltados para as práticas agroecológicas, pois envolvem desde técnicas de manejo até a educação no campo.

O setor agrícola, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, já não visa somente ao crescimento econômico oriundo da modernização da agricultura. Segundo Ploeg (2000 apud Kageyama, 2004), está ocorrendo na Europa uma mudança de paradigma relacionada ao conceito de desenvolvimento rural, atualizando o modelo de produção em relação aos cuidados do meio ambiente, à mudança de economias de escala para as de escopo e também à pluriatividade rural.

Essa mudança de percepção trouxe para o meio rural novos horizontes, como atividades que são desenvolvidas, porém não apresentam um cunho agrícola em si, como o turismo rural, por exemplo, no qual os proprietários abrem as porteiças das propriedades para que pessoas possam visitar e conviver com a natureza. Alguns apresentam chalés, áreas de camping, espaço para festas, dentre tantas outras opções que estão crescendo e evoluindo no mundo todo (DUARTE, 2019).

O trabalho desenvolvido por Duarte (2019), que realizou uma pesquisa com 26 jovens do município de Crisiumal – RS, relaciona atividades agrícolas, não agrícolas e para-agrícolas ao desenvolvimento rural. Essa última, atrelada às agroindústrias, porém podem ser consideradas não agrícolas também, por não estarem diretamente envolvidas com a produção da matéria prima e sim no beneficiamento. Destes 26 jovens, somente 2 trabalham em atividades para-agrícolas enquanto os outros 24 trabalham com atividades fora da propriedade; destes, 20 têm atividades para serem desenvolvidas na propriedade, que são desenvolvidas antes e/ou depois da atividade não agrícola.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo tem por base uma pesquisa aplicada com o objetivo de avaliar os problemas e apresentar situações práticas que envolvam verdades e interesses (PRADANOV, 2013). Neste caso, busca-se avaliar o processo de sucessão rural sobre a visão dos agentes de Ater que atuam na região Oeste do Paraná.

Trata-se de um estudo do caso que envolve a técnica de coleta e análise de dados provenientes de um grupo, neste caso os agentes de Ater e seu ponto de vista em relação à juventude e à sucessão rural. Para tanto, este estudo abrange tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa, que visa entender de forma detalhada porquê o indivíduo ou um grupo de pessoas apresenta certo tipo de comportamento (MORESI, 2003).

Para que se inicie um estudo sobre algum tema é necessário primeiramente fazer uma revisão bibliográfica para que se tenha um amplo conhecimento sobre o assunto e se atualizar sobre as mais recentes pesquisas dentro do objetivo de estudo (PRADANOV, 2013).

A pesquisa teve seu início a partir do contato com gestores de três empresas que prestam assistência técnica na região Oeste do Paraná, o Instituto de Desenvolvimento Rural, IDR-Paraná, a Biolabore e o Centro de apoio e promoção à agroecologia, CAPA, situado no município de Marechal Cândido Rondon, na região Oeste do Paraná. Posteriormente, foi enviado via e-mail o questionário disponibilizado *online* na plataforma *Google Forms*, buscando identificar se os agentes de Ater trabalham o tema da juventude e sucessão rural e como isso é feito, bem como, suas perspectivas quanto ao êxodo desses jovens.

Para este estudo, fez-se necessário conhecer um pouco das instituições que participaram, chegando-se ao entendimento de que a Cooperativa de Trabalho Biolabore foi formada em 2005 por egressos dos cursos de ciências agrárias da Unioeste que visavam uma atuação diferenciada no mercado que fosse satisfatória financeiramente e cujos conhecimentos fossem utilizados para o desenvolvimento da agricultura. A Biolabore trabalha desde o início com firmação de contratos e convênios voltados para o desenvolvimento rural sustentável, contando com uma equipe interdisciplinar e multidisciplinar que abrange, além de setores primários de produção, também a agregação de valor

nos produtos como as agroindústrias e assessoria para as cooperativas e associações de produtores (MATTIA et al., 2019).

O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) é uma organização não-governamental (ONG) que foi criada em 1978 pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) juntamente com a Organização Protestante para a Diaconia e o Desenvolvimento, sendo ambas sediadas em Berlim na Alemanha. Seu primeiro local de instalação no Brasil foi no estado do Rio Grande do Sul, visando à prática social e ao serviço junto ao público que vive no meio rural. Na região Oeste do Paraná, o Capa possui um núcleo no município de Marechal Cândido Rondon desde o ano de 1997, tendo como apoio o envolvimento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) (CAPA, 2017).

Já o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar – Emater (IDR – Paraná) foi criado no ano de 2019 através da Lei 201.21/19, resultado da fusão de quatro órgãos estaduais que agora passam a responder como apenas uma entidade à Secretaria de Estado da Agricultura e abastecimento. As entidades fundidas foram o Instituto de Assistência Técnica do Paraná – Emater, a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – Codapar, o Centro Paranaense de Referência de Agroecologia – CPRA e o Instituto Agropecuário do Paraná – Iapar. (SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ, 2019).

Deve-se levar em consideração que quando este trabalho foi iniciado a fusão entre os órgãos ainda não era oficial, de modo que se trabalhou com os agentes de Ater que atuavam e atuam na região Oeste do estado e pertenciam a Emater.

Através do método de questionário, os agentes de Ater puderam expor as dificuldades e perspectivas da juventude na profissão de agricultor, conforme roteiro de perguntas inserido no apêndice I. As respostas obtidas através do questionário disponibilizado aos agentes de Ater das três instituições mencionadas anteriormente renderam um total de 85 respondentes, sendo que o total de participantes poderia chegar a 135.

A sistematização de dados foi realizada com o software *Microsoft Office Excel* para a análise e posteriormente, foram utilizados figuras e quadros para visualização dos resultados obtidos, comparando-os com a bibliografia consultada.

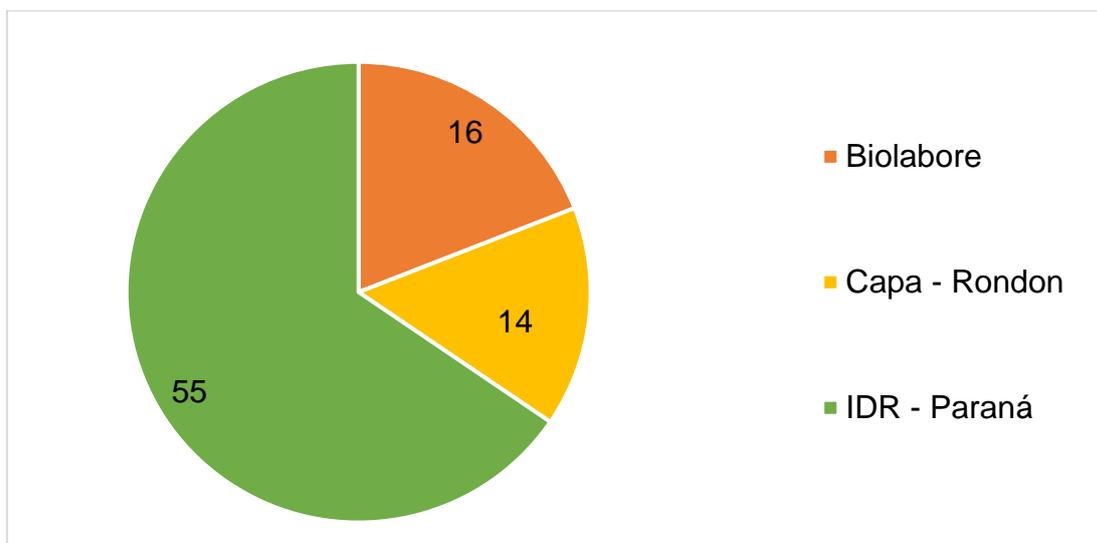
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 IDENTIFICAÇÃO

O início do questionário teve um cunho de identificação com vistas a ter uma ideia das pessoas que estavam participando e da abrangência da pesquisa. Quando questionados acerca de para qual instituição trabalhavam, as respostas apontaram, em sua maioria, para o Instituto de Desenvolvimento do Paraná – IDR, como é possível observar na Figura 1.

O IDR apresenta um total de 85 agentes de Ater atuando em duas regionais pesquisadas, que abrangem de maior forma a região Oeste do Paraná, sendo que essas regionais são a de Cascavel e a de Toledo. Enquanto a Biolabore apresenta um total de 27 agentes de Ater e o CAPA apresenta 23 agentes de Ater na sua totalidade.

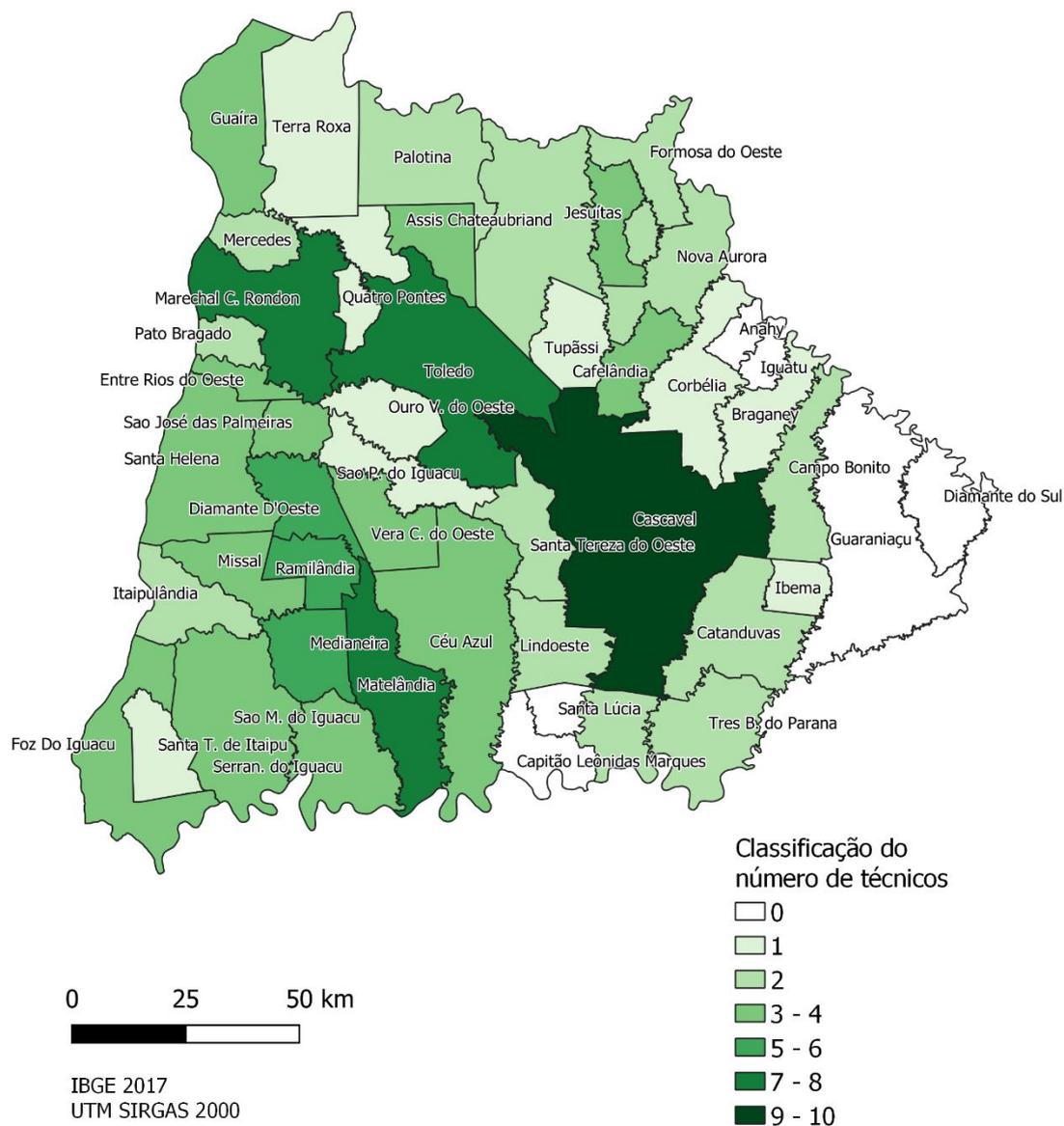
**Figura 1:** Participantes da pesquisa por instituição.



Fonte: a autora, 2020

Para conseguir uma melhor visualização da área de atuação destes agentes, foi solicitado que respondessem sobre os locais onde exercem suas atividades e a maioria das respostas vieram da cidade de Cascavel, provavelmente por ser a sede de um dos centros regionais do IDR, seguido pelo município de Toledo, que também é sede de um centro regional do IDR, e logo após, pelo município de Marechal Cândido Rondon, conforme demonstra a Figura 2.

**Figura 2:** Locais de atuação dos agentes de Ater.



Fonte: a autora.

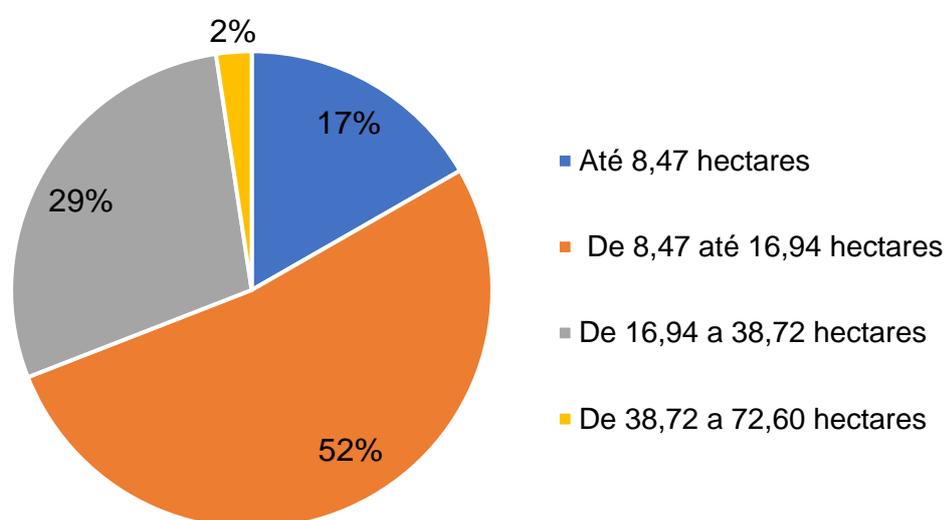
A lista de municípios que apresenta pelo menos um agente de Ater de algumas destas instituições chega a uma totalidade de 46 municípios, sendo que a região Oeste do Paraná, segundo dados do PNUD (2018), apresenta um total de 54 municípios. Os municípios que não foram citados e fazem parte da região Oeste do Paraná podem ser contemplados por agentes que atuam nas instituições, mas não responderam ao questionário.

Os agentes foram questionados também sobre o tamanho, em média, das propriedades que atendem, obtendo-se que 44 deles responderam que

o tamanho varia de 8,47 a 16,94 ha conforme se visualiza na Figura 3, abaixo, o que corresponde em média na maioria das cidades assistidas a menos de um módulo fiscal, levando em consideração que um módulo fiscal, na maioria das cidades citadas, corresponde a 18 ha.

Esse dado ainda demonstra que a maioria dos agricultores que são assistidos por essas instituições podem ser denominados de pequenos agricultores ou ainda de agricultores familiares, levando em consideração apenas o tamanho da propriedade.

**Figura 3:** Tamanho médio das propriedades assistidas pelos agentes de Ater da região Oeste do Paraná.



Fonte: a autora.

Um estudo realizado no município de São Miguel do Iguazu – PR, pertencente à mesma região estudada neste trabalho, mostrou que os jovens deste local também responderam que as propriedades em sua maioria são pequenas ou ainda consideradas de agricultura familiar (KESTRING et al., 2018).

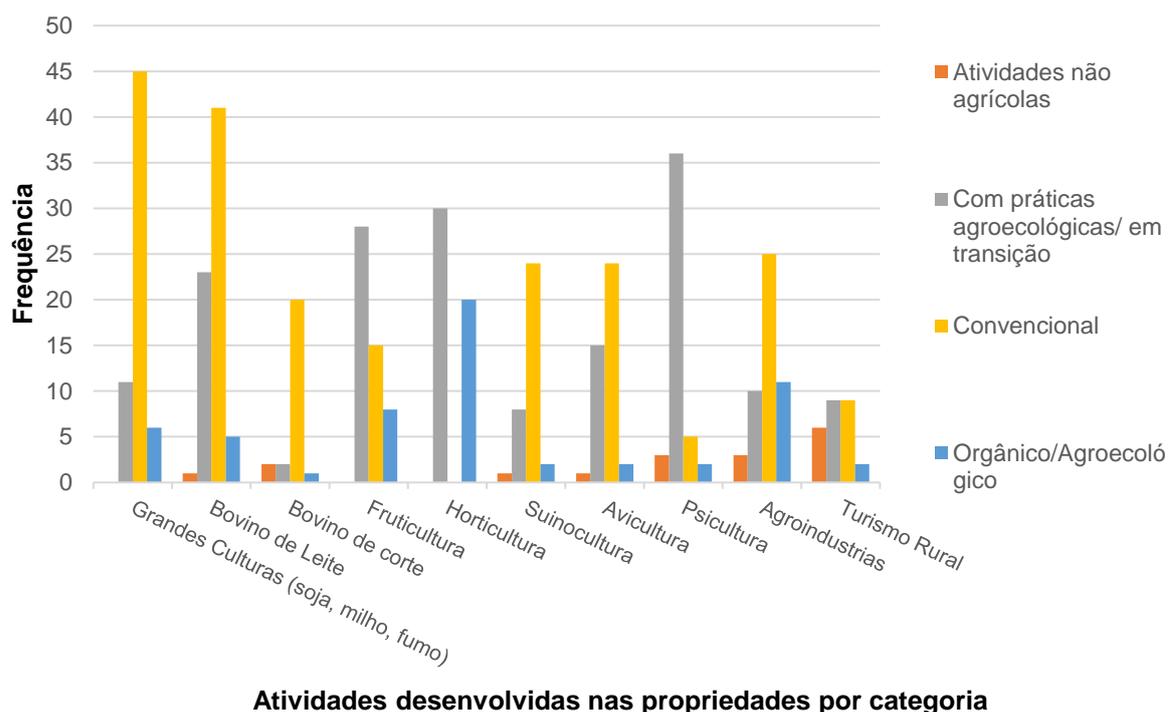
Quando se iniciou a migração italiana e alemã para as terras da região Sul do Brasil, os pais não tinham preocupação sobre a questão da sucessão, pois os filhos podiam migrar para novas áreas agrícolas ou ainda obter parte da propriedade familiar através da herança. Porém com o passar dos anos essas divisões se tornaram inviáveis para todos os filhos, seja pelo fato de a divisão não ser igualitária ou não ser viável para manter

todos naquele local, seja porque as terras se tornaram indisponíveis com o esgotamento das fronteiras agrícolas (BRUMER, 2007).

Para que o produtor rural possa se manter em sua propriedade, deve existir atividades das quais consiga obter renda para sustentar tanto a propriedade quanto a família. A Figura 4, abaixo, demonstra as atividades que os agentes de Ater encontram nas propriedades nas quais prestam assistência técnica e suas respectivas formas de produção.

Essas atividades estão divididas em grupos, como é o caso das atividades não agrícolas, ou seja, atividades que não estão associadas à plantação e colheita ou produção de animais. A categoria de práticas agroecológicas ou em transição serve para as propriedades que estão em fase de mudança nas suas atividades, passando de atividades convencionais para as agroecológicas ou orgânicas.

**Figura 4:** Atividades atendidas e suas formas de produção



Fonte: a autora

Um dos principais tópicos de debate dentro do tema da sustentabilidade de propriedades rurais é a questão da diversificação. Com a entrada da modernização, os produtores deixaram de lado as produções que traziam renda mensal e focaram naquelas que, no montante, traziam

um maior lucro líquido, as quais, em muitos casos, eram as grandes culturas como soja, milho, trigo e até mesmo, fumo. (SCARIOT, 2017).

Em um de seus estudos Brumer (2007), analisando as respostas que obteve junto aos jovens, listou algumas barreiras elencadas por eles que inviabilizavam sua permanência no campo, como a falta de acesso à terra, devido à exclusão da herança, ao tamanho das propriedades ou à inviabilidade de uma exploração agrícola familiar e a falta de incentivos para a agricultura. A autora ainda debate a necessidade de diferenciar a agricultura com base familiar daquela com base empresarial, ressaltando que a agricultura familiar integra a produção e o consumo, ao passo que a empresarial apresenta um maior contato com o uso de mão de obra assalariada.

Silva (2016) relatou em seu estudo no município de Catalão (GO), a existência de algumas estratégias de reprodução social na agricultura familiar e dentre elas, destacou, principalmente, a diversificação produtiva da propriedade, a produção para consumo, as feiras livres e as políticas públicas como Pronaf e Pnae, que proporcionaram maior independência do mercado, agregação de valores aos produtos, melhores condições de vida, além de manter a atividade agrícola do local.

A Figura 4 cita ainda mais algumas peculiaridades deste caso, como a questão de diversas atividades que muitas vezes são consideradas agrícolas estarem marcadas como não agrícolas, o que provavelmente aconteceu devido a muitos produtores criarem animais para consumo dentro da propriedade. Porém no caso do turismo rural, essa atividade pode estar voltada para a locação do local para eventos de diversas naturezas, dentre eles, casamentos, retiros espirituais, retiros empresariais em que os participantes procuram a sincronia da natureza para motivar as pessoas que ali se encontram.

Em seu estudo, Zanol e Strapasolas (2019) apontaram que a questão do turismo rural é uma alternativa para os jovens agricultores familiares, pois traz uma forma de renda extra, bem como, uma possibilidade de obter autonomia financeira como administradores do local. Porém para que os jovens tenham sucesso no seu novo empreendimento é necessário conhecimento especializado e habilidade, tanto para trabalhar com os seus familiares quanto para trabalhar com o público que atenderão.

Outro destaque que se deve considerar na Figura 4 é a questão de que em todos os itens apontados existem propriedades que são orgânicas ou ainda que apresentam práticas agroecológicas/processo de transição. Do ponto de vista de um desenvolvimento sustentável, um dos principais pontos é o cuidado com o meio ambiente e a agricultura agroecológica e a orgânica levam muitos destes princípios consigo, pois a premissa é a utilização da própria natureza como fonte de nutrientes, como proteção e ainda controle de pragas e doenças.

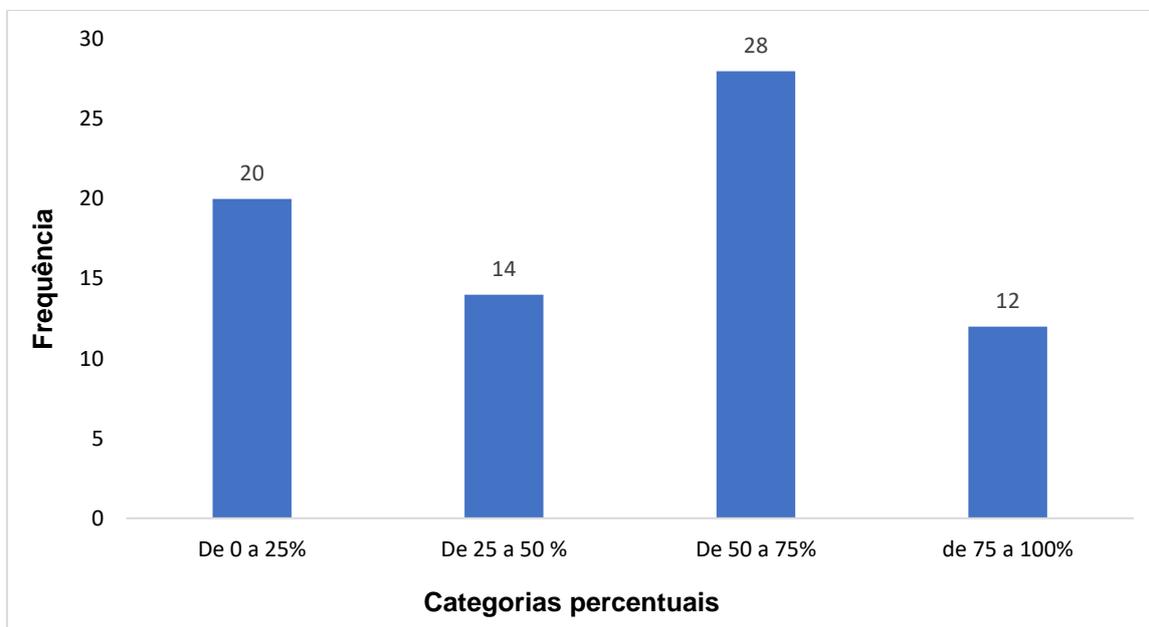
Para Zanol e Strapassolas (2019), o meio rural não é mais definido somente pela atividade agrícola, devido ao aumento na procura de atividades não agrícolas que os produtores estão procurando para aumentar a renda. Atualmente, o campo e a cidade estão ligados, trazendo novas formas de produção e gerando novas oportunidades para as famílias e os jovens: “a produção de alimentos com base “ecológica”, a agroecologia, o turismo no ambiente rural/ agroturismo e o processamento de alimentos em pequenas agroindústrias aparecem como alternativas.” (ZANOL e STRAPASSOLAS, 2019, p. 142).

As propriedades pequenas, com boa organização e infraestrutura apresentam rentabilidade e organização do espaço superior a algumas propriedades maiores, devido a diversificação das atividades desenvolvidas (PANNO, 2016).

#### 4.2. PRESENÇA DE JOVENS NAS PROPRIEDADES

A população de jovens que vivem no meio rural vem diminuindo a cada censo agropecuário que é realizado, por este motivo foi questionado aos extensionistas sobre a presença deste grupo específico dentro das propriedades que atendem, sendo demonstradas suas respostas nas Figura 5 e 6.

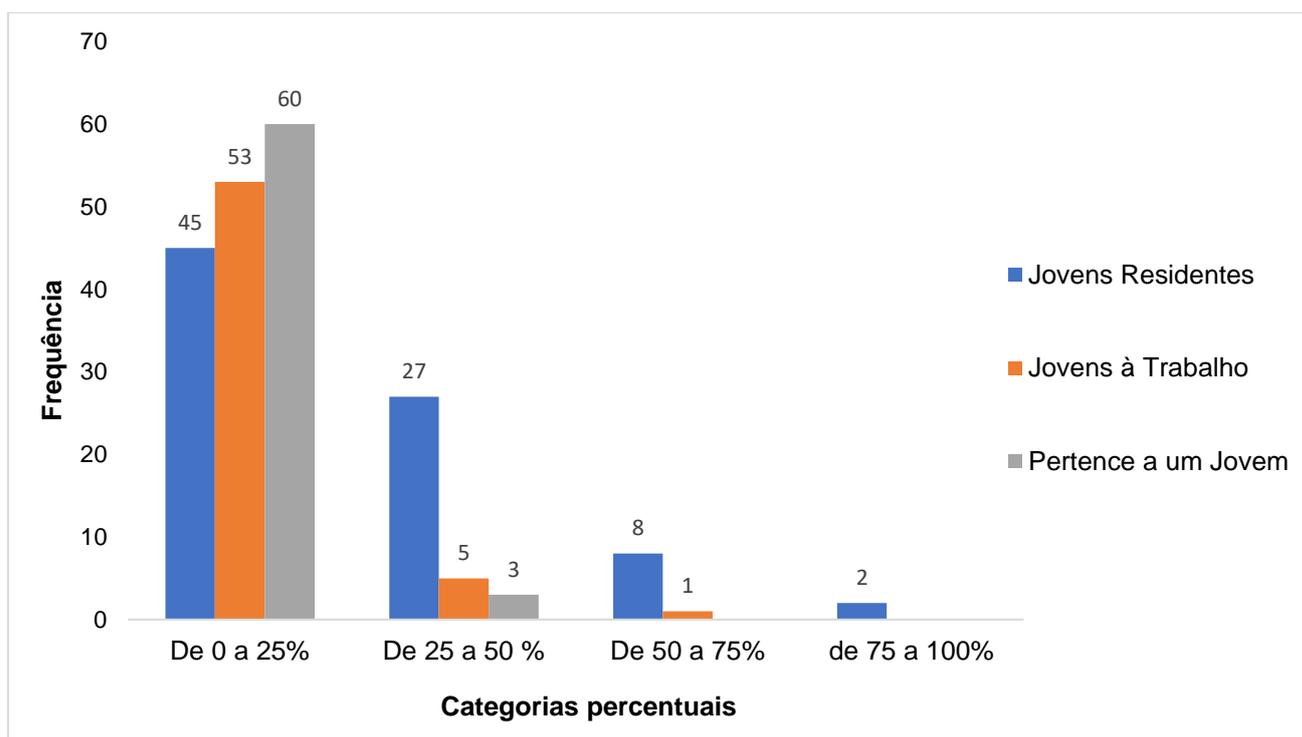
**Figura 5:** Frequência das respostas dos agentes de Ater em relação ao percentual de propriedades que atendem e que não apresentam jovens



Fonte: a autora, 2020

Das propriedades atendidas pelos extensionistas, pode-se observar que 50 a 75% não contam mais com a presença de jovens, evidenciando o que muitos censos demográficos mostram: o êxodo rural em atividade lenta e gradual, mas que nunca parou de acontecer.

**Figura 6:** Frequência das respostas dos agentes de Ater em relação ao percentual de propriedades que atendem e que apresentam jovens



Fonte: a autora, 2020

As propriedades que apresentam jovens chegam a um percentual de até 25% e os jovens são distribuídos em três categorias: os que apenas residem nas propriedades, os que vem das cidades ou de outras propriedades para trabalhar e aqueles que já são proprietários de terras.

A fronteira que dividia o urbano e rural vem cada vez mais sendo diminuída e o crescimento econômico vivido nos governos de Lula e Dilma fez com que os jovens do meio rural criassem outras lógicas, uma delas por exemplo é a habitação no campo e o emprego nas cidades, trabalhos conciliados dentro e fora da propriedade, a migração regional e de retorno (CASTRO, 2016).

Tabarro (2018), ao realizar um projeto de Ater sobre diversificação das áreas cultivadas com o tabaco no qual teve o cuidado de olhar para os jovens e mulheres que faziam parte das famílias de agricultores familiares, argumenta que o desenvolvimento rural sustentável tem que estar ligado à inclusão social de forma que os jovens venham a permanecer no campo por opção e não como uma obrigação. Aponta ainda que os jovens devem “perceber o meio rural como um espaço de oportunidade e diversificação das propriedades” (TABARRO, 2018, p.31).

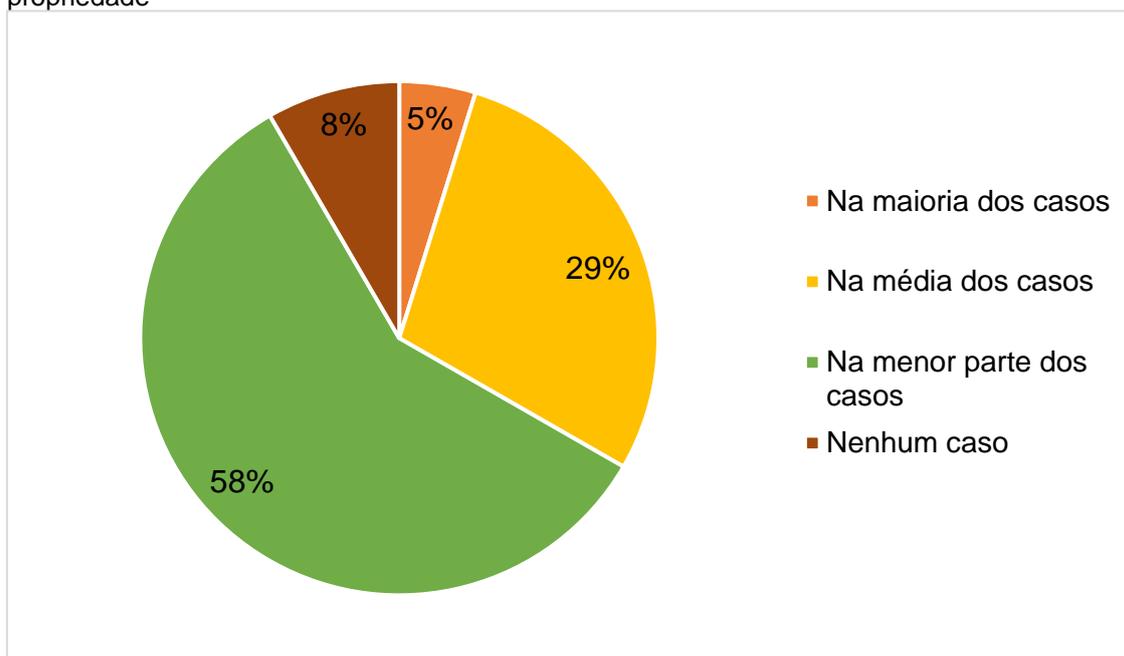
Em seu estudo, Kestring et al. (2018) notaram que os jovens da cidade têm ideia de trabalhar com o campo e os do campo gostariam de sair para trabalhar na cidade. Os autores destacaram ainda que o interesse dos jovens da cidade em ir para o campo é uma forma diferenciada de fazer a sucessão acontecer.

Num estudo realizado por Kordiac (2016) os jovens foram questionados quanto ao seu futuro profissional e as respostas obtidas demonstraram que 50% almeja continuar os estudos e sair do campo; 31% quer estudar e permanecer nas atividades rurais; 17% não sabiam se iria continuar os estudos ou não, mas exerceria o trabalho na propriedade e 2% não iria dar continuidade aos estudos.

#### 4.3. SUCESSÃO RURAL

Um dos assuntos mais abordados em trabalhos com juventude rural é a questão de os jovens quererem continuar na propriedade, nas atividades rurais. Em relação a isso, os agentes de Ater foram questionados sobre a opinião que têm quanto aos jovens que atendem, se percebem que querem continuar na propriedade; as respostas obtidas foram analisadas e demonstradas na Figura 7.

**Figura 7:** Visão dos agentes de Ater quando aos jovens continuarem nas atividades da propriedade



Fonte: A autora

Como demonstrado na figura 7, a minoria dos jovens tem interesse em continuar nas propriedades agrícolas, sendo que este desinteresse pode ser causado por diversos motivos, os quais serão discutidos mais a frente neste trabalho.

Quando a tomada de decisão sobre ficar ou sair da propriedade fica com o jovem, observa-se um desinteresse que pode ser justificado pelo relato de alguns pais sobre as dificuldades da vida no campo e por acreditarem que na cidade há condições melhores de vida. Destaca-se ainda, que quando os jovens ficam restritos a novas oportunidades, não lhes é dado a responsabilidade de forma integral, mas alguns apresentam de forma parcial no poder de decisão e rendimentos econômicos em relação aos trabalhos na propriedade (PANNO, 2016).

Depois de respondida a questão sobre a permanência dos jovens nas propriedades, foi pedido aos extensionistas que comentassem sobre a resposta que deram, as respostas foram analisadas estão presentes no Quadro 1.

**Quadro 1:** Respostas dos agentes de Ater sobre a permanência ou saídas dos jovens nas propriedades rurais.

<b>Fatores que contribuem para a sucessão</b>	
Resposta	Frequência
Acesso a maquinários agrícolas	4
Globalização no preparo dos jovens	3
Diversificação	3
Falta de trabalho na cidade/retorno dos jovens	3
Renda satisfatória	3
Sentimento de posse	2
Financiamento de atividades	1
Jovens a frente da propriedade	1
Sai para estudar e voltam	1
Ficam por gostar do interior	1
Bom relacionamento com os pais	1
<b>Fatores que incentivam o êxodo</b>	
Trabalho fora da propriedade	17
Saída para estudar	12
Incentivo dos pais a sair	11
Falta de autonomia	6
Pequenas propriedades	4
Falta de perspectivas econômicas	4
Facilidade de morar na cidade	4
Falta de oportunidades e incentivos	4
Trabalho árduo	4

Falta de diálogo entre pais e filhos	3
Falta de políticas públicas	3
Falta de infraestrutura e segurança	2
Influência do modelo de produção	2
Tecnificação afasta os jovens	1
Falta de lazer e educação	1
Renda pequena	1
Direito hereditário	1
Falta de tomada de decisão	1
Falta de aptidão vocacional	1
Falta de diversificação	1
Distância dos pontos de venda	1
Alto valor de terra/capital inicial	1

Fonte: a autora, 2020

Para a maioria dos extensionistas, o fato dos jovens saírem das propriedades está mais fortemente atrelado a três elementos principais: a) oportunidades de emprego fora da propriedade; b) incentivo dos pais e c) possibilidade de ampliar estudos, entre outros apontamentos. Vale destacar ainda que a soma dos primeiros 5 elementos totaliza 50% dos fatores que explicam a saída dos jovens do campo e a ordem de importância é: a) Trabalho fora da propriedade; b) saída para estudar; c) incentivos dos pais a sair; d) falta de autonomia e e) propriedades pequenas.

Alguns extensionistas são otimistas e colocam que a modernização, seja ela através dos estudos, tecnificação agrícola ou diversificação da propriedade, é um fator que os jovens consideram no momento de permanecer na propriedade. Um fato interessante é o do jovem sair e retornar depois de não conseguir um emprego ou mesmo de não se sentir satisfeito na cidade, mostrando que a agricultura ainda permanece em seu pensamento, só lhes é necessário oportunidades e incentivo.

Para os técnicos, a menor parte dos jovens querem continuar na propriedade. Este resultado se torna comum quando na propriedade em que estes jovens estão presentes não lhes é dado nenhum tipo de autonomia, pois aos olhos dos pais servem apenas como mão de obra, ou seja, não ocorre um reconhecimento dos jovens na propriedade. Uma das buscas mais incansáveis dos jovens na atualidade é a de ser reconhecido, de fazer a diferença. Porém, muitas vezes, por falta de incentivo dos pais ou até mesmo pelo incentivo de que os filhos busquem uma vida melhor e

com “menos sofrimento”, saem da propriedade em busca de oportunidades de “serem alguém na vida”.

São poucos os casos em que os pais valorizam o trabalho de agricultor e querem que seus filhos continuem no campo, deixando-lhes gerir a propriedade ao seu lado, dando importância aos conhecimentos do filho e possibilitando que, com o auxílio das novas tecnologias, possa cuidar pelo menos de uma atividade que seja somente sua na propriedade.

Lavandoski (2011) em seu estudo, aponta que as propriedades pesquisadas não têm perspectivas de um membro da família que as assuma e as gerencie. Afirma ainda, que questões como o esvaziamento do campo, atraso social, exclusão, melhoria da qualidade de vida, reprodução social e econômica, desenvolvimento rural sustentável são alguns tópicos que surgem quando se fala em êxodo rural ou quando se quer entender quais os motivos que levam os jovens a permanecer no campo.

A falta de perspectiva na atividade agrícola e a renda são os fatores mais encontrados em estudos sobre juventude e sucessão rural que incentivam a saída dos jovens. Para incentivar o jovem a permanecer é necessário criar espaços de discussões sobre projetos que sejam viáveis financeiramente. A modernização da agricultura é uma maneira, através dos inúmeros métodos que apresenta para realizar as atividades em uma propriedade, gerando avanço tecnológico, conhecimento e renda e dando perspectiva aos jovens rurais (CONTINI, 2010).

Em outro momento do questionário os agentes de Ater foram questionados sobre os fatores que podem influenciar os jovens a permanecer ou a sair da propriedade e o destaque se deu para a falta de renda, juntamente com o incentivo dos pais para que saiam do meio rural, sendo que neste último, entram ainda vários outros fatores como, por exemplo, o incentivo para que o filho estude, conforme se nota nas descrições dos extensionistas no questionário.

“Em primeiro lugar nossa velha cultura do “Jeca Tatu”, que marginalizou o homem do meio rural. Isso leva a família a dizer vá estudar (quando vão menos mal) para ir embora da roça aqui é muito ruim; Falta de capital e orientação técnica para modernização da agricultura familiar. Capital para manter a propriedade herdada ou adquirida; Assistência técnica personalizada, quando muito recebem orientação para acesso a crédito rural e produção, não tem orientação na parte econômica nem mercadologia, que são determinantes para geração de renda que seja capaz de garantir uma vida com um mínimo

dignidade e capaz de ofuscar as vantagens mal percebidas da vida urbana” (Entrevistado N° 26).

“Há necessidade de preparar o jovem para tal situação. A oportunidade está ali na sua frente, mas há uma grande cortina de fumaça. Muitos jovens são "expulsos" da propriedade devido não entenderem que o negócio da família pode lhe garantir sucesso profissional, conforto, qualidade de vida. O patriarca da família contribui muito para a permanência ou saída do jovem da propriedade. Aquele do tipo autoritário complica tudo, o jovem só permanece se não encontrar saída, mas que ele busca ir embora isso ele faz. Hoje já vejo muitas iniciativas para capacitação para jovens, principalmente em sistemas que usam bastante tecnologias e assim os pais até incentivam os jovens a permanecerem e em muitos casos penso que darão certo” (Entrevistado N° 43).

Para Marin (2017), os jovens desconhecem em algumas situações os avanços formais ou não demonstram interesse nas políticas destinadas à sucessão hereditária, tendo em vista que muitos de seus projetos de vida estão vinculados a instituições escolares e ao mercado de trabalho assalariado como uma forma de conquistar autonomia e de ascensão social.

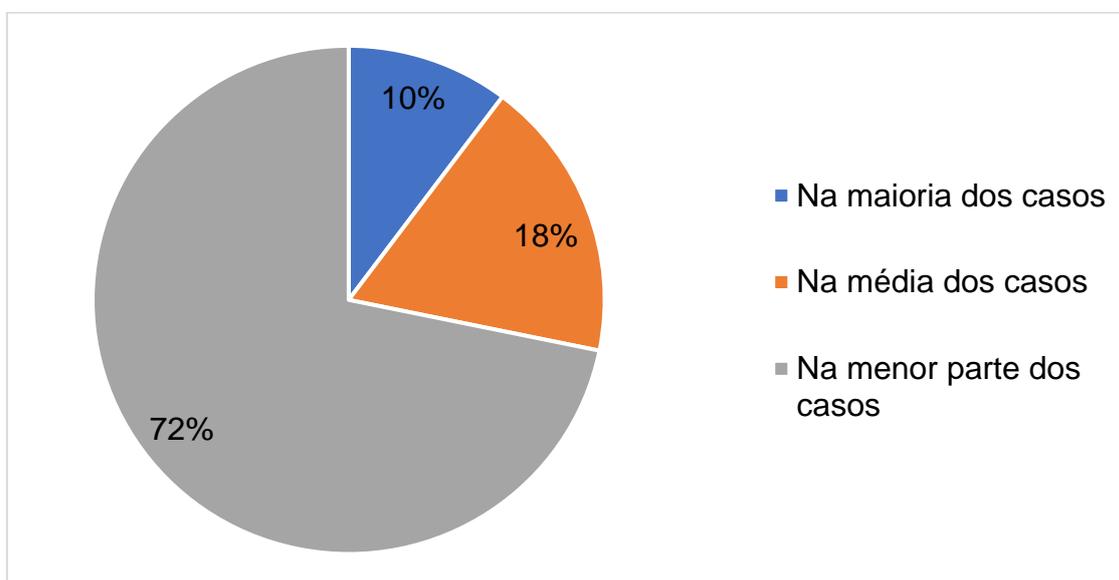
O estudo de Savian (2014) teve como objetivo discutir as relações entre a renda familiar e a sucessão geracional a partir de uma pesquisa bibliográfica, de uma perspectiva que compreende o processo de decisão e ação dos jovens rurais inseridos no espaço geográfico. Acredita-se que as rendas obtidas influenciam na decisão e ação dos jovens rurais, pois se dão em um contexto social que visa também a metas econômicas, no entanto, são influenciadas por outros fatores, como aprovação, poder e sociabilidades.

Diferentemente dos jovens do meio urbano, os do meio rural crescem construindo sua identidade em relação ao trabalho na propriedade, nas quais, muitas vezes o pai é o gestor e responsável por todas as decisões, evidenciando uma cultura patriarcal em que nem esposa e os filhos podem tomar decisões. Muitas questões são levadas em consideração pelos jovens no momento de decidir se ficam ou se saem da propriedade, como a qualidade de vida, o acesso ao lazer, a inclusão digital, a infraestrutura e até mesmo o matrimônio, mas o peso maior vem das questões do núcleo familiar, como a falta de autonomia, a falta de colaboração na gestão da propriedade e a autoridade do pai (ZANOL; STROPASOLAS, 2019).

#### 4.4. DIÁLOGO, ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para que ocorra a sucessão, é necessário que exista um diálogo entre pais e filhos, de tal forma que ambas as partes estejam de acordo. Em relação a esse ponto, os extensionistas foram questionados sobre a percepção que têm acerca da existência deste diálogo sobre sucessão familiar entre os interessados dentro das propriedades que atendem. Conforme mostra a Figura 8, a minoria das propriedades demonstra a existência deste diálogo, de acordo com as respostas dos extensionistas.

**Figura 8:** Existência do diálogo entre pais e filhos acerca da sucessão familiar



Fonte: a autora

Em seus estudos, Panno (2016) apontou que 68% dos chefes de propriedade (no caso o pai) percebem a importância de um diálogo sobre as decisões que precisam ser tomadas, mas esbarram no problema segundo o autor, de que este diálogo nem sempre é fácil e não ocorre a tempo. Para ele, a sucessão deve ser compreendida como um processo contínuo e não apenas uma realidade que acontecerá em um determinado momento da vida, pois isso gera filhos despreparados para dar continuidade ao trabalho no campo.

Zanol e Strapasolas (2019), estudando os projetos dos jovens em novas ruralidades na região Sul do Brasil, apontaram que a sucessão é um assunto acerca do qual as famílias de agricultores apresentam resistência

em falar e o tratam como algo difícil de abordar, já que é um assunto que, normalmente, não é resolvido com agilidade. Nesse estudo, os autores pesquisaram 25 famílias em que havia a presença de jovens, das quais, 17 terão a propriedade dividida entre os filhos, sem, contudo, apresenta o nome do sucessor devido ao fato de os pais serem considerados jovens ainda; em 5 propriedades, são os avós que detêm a posse da terra, sendo que os jovens não sabem nem se terão recursos físicos para se manterem no local. Para os autores, mesmo quando os jovens são preparados para a situação, os mecanismos de abordagem são escassos.

O diálogo entre gerações na propriedade se apresenta como um fator importante, por isso os agentes de Ater foram questionados sobre sua contribuição para a existência desse diálogo e como contribuem ou como poderiam estar contribuindo com o tema, conforme se depreende no Quadro 2. Quase a totalidade dos extensionistas evidenciaram que contribuiriam ou que podem contribuir e apontaram que, além do diálogo, deve existir a valorização e incentivo dos jovens, seja através de capacitações, mostrando oportunidades e também levando até eles e a seus pais exemplos de sucesso.

**Quadro 2:** Contribuição no diálogo entre pais e filhos nas propriedades.

<b>Contribuição</b>	<b>Frequência</b>
Sim	61
Posso contribuir	8
Não	9
<b>Como pode auxiliar?</b>	
Diálogo com a família, juntamente com valorização e incentivo dos jovens	12
Mostrando exemplos bem-sucedidos	6
Diálogo sobre a existência de oportunidades	6
Depende apenas da família	6
Através de visitas e capacitações, conscientizando os pais a apoiarem os filhos sobre as oportunidades que têm se permanecerem	6
Valorizando a vida no campo e a dificuldade de viver nas cidades	5

Fonte: a autora, 2020.

Para Zanol e Stropasolas (2019), a dificuldade de ser ouvido em casa pelos familiares gera conflitos entre o jovem e seu pais, principalmente no que tange aos valores e a cultura que transmitidas de geração em geração. Esse conflito pode ser personificado entre pai e filho ou com os avós, que representam a dinâmica patriarcal na propriedade e acabam limitando a autonomia, a independência financeira e a participação nas tomadas de decisões, o que leva os jovens a sair e, principalmente as jovens mulheres, tornando o campo um local envelhecido e masculinizado.

No estudo de Handfield et al. (2005), foi constatado que o abandono da propriedade antes de assumi-la ou depois de tê-la assumido, com base nas respostas dos pais predecessores, apontam para a dificuldade de comunicação familiar e de negociação profissional, afetando as relações afetivas e “forçando” o jovem a sair da propriedade.

Buscando uma visão do trabalho que estes extensionistas realizam com os jovens, questionou-se quanto ao desenvolvimento de trabalhos específicos com os jovens. A partir das respostas obtidas, foi formulada uma nuvem de palavras para destacar as principais respostas, como apresenta a Figura 9.

**Figura 9:** Nuvem de palavras formulada com as respostas dos extensionistas quanto aos trabalhos realizados com os jovens no meio rural



Fonte: a autora, 2020

Como se pode observar, a palavra em maior destaque é “não fazem”, o que demonstra que muitos deles não apresentam um trabalho específico

com os jovens. A falta de trabalho com este grupo, em muitos casos, pode ser definitiva para que optem pela permanência ou pela saída para as cidades em busca de condições melhores, pois não foram instruídos quanto ao fato de que no campo existem alternativas que podem suprir suas necessidades e sonhos. Vale destacar ainda, que muitos enfatizaram a capacitação, a diversificação da propriedade, parceria com o Senar, dentre outras formas, como estratégias que estão sendo utilizadas para envolver o jovem na atividade agrícola.

Para Panno (2016), o Ensino Médio em escolas agrícolas, feiras, exposições, cursos de curta duração e a participação em entidades de fomento ajudam a motivar os jovens a permanecer nas propriedades e se preparar para a sucessão rural. Segundo o autor, isso se justifica, pois apontam alternativas para os jovens desenvolverem as propriedades familiares com qualidade de vida, minimizando os desafios que os afastam desse espaço.

A cooperativa Coopercampos realizou um projeto com jovens rurais focando a sucessão, no qual juntou a equipe de assistência técnica, os jovens e a equipe de marketing da cooperativa para criar o “Jovens Empreendedores da Coopercampos (JEC)”. Esse projeto visa ao trabalho com o grupo de jovens através de grupos estratégicos, viagens de estudo e informações via correio eletrônico (MASSON, 2013).

No estudo de Scariot (2017), a diversificação auxiliou os pequenos proprietários de Tapejara – RS a se manterem na atividade agrícola e a auxiliarem seus filhos, com suas respectivas famílias, a permanecerem no campo e a colaborarem nas atividades da propriedade. Porém, o autor destaca que esse processo de diversificação deve levar em conta a viabilidade da propriedade para cada empreendimento, o acompanhamento técnico e também a busca pelo conhecimento.

As principais características para o processo de sucessão familiar rural são a necessidade de preparar os filhos para esse processo, bem como, de incentivar os pais a motivarem seus filhos a permanecerem, a valorizá-los e também, valorizar o campo (TOLOTI et al., 2018).

Um tema muito debatido nos estudos sobre juventude rural é a questão das políticas públicas e em relação a isso, os agentes de Ater foram questionados sobre o conhecimento de políticas públicas voltadas

para os jovens e se elas são utilizadas. Dos 85 participantes, 68 afirmam conhecer alguma política, enquanto 12 não conhecem e os outros 5 não responderam. Porém quando se trata da utilização dessas políticas, a situação se inverte: 43 afirmam que não são utilizadas e 17 que as utilizam, conforme demonstra o Quadro 3. A diferença entre as respostas faltantes pode variar devido aos que não conhecem as políticas não terem respondido quanto a sua utilização.

**Quadro 3:** Respostas dos extensionistas quando as políticas públicas voltadas para os jovens rurais

<b>Conhecem as políticas públicas</b>	
Resposta	Frequência
Sim	68
Não	12
<b>Utilização das políticas públicas</b>	
Sim	17
Não	43
<b>Quais políticas conhecem</b>	
PRONAF jovem	26
PRONAF	10
PNAE	4
PAA	2
Crédito fundiário	2
Ater jovem	1
Programa municipal de auxílio aos agricultores	2

Fonte: a autora, 2020

Destaca-se nas respostas ainda, pelo menos duas políticas públicas que os entrevistados citaram: o PRONAF e uma linha alternativa que é voltada para jovens o PRONAF jovem, essa última mais recorrentemente apontada. Os extensionistas ainda comentaram que os principais motivos para que não sejam utilizadas essas políticas são a falta de conhecimento, o baixo valor disponibilizado pela política e a falta de interesse por parte dos bancos e cooperativas de crédito, que deixam o jovem sem opção para continuar o trabalho na propriedade ou até mesmo iniciar uma nova atividade, como podemos ver nas descrições dos entrevistados.

“Existe o PRONAF Jovem, mas que infelizmente os bancos não divulgam e nem trabalham com esse perfil, sem recurso, os jovens que tem uma visão empreendedora ficam sem condições de dar continuidade ou começar uma alteração na propriedade, portanto, no meu entender, falta recurso financeiro para investir nesses jovens e ao mesmo tempo, um trabalho com os pais para que esses possam compreender a importância da sucessão familiar” (Entrevistado N° 21).

“Conheço apenas o PRONAF e PRONAF JOVEM que habilitam linhas de crédito específico para esse público. Mas sua utilização na prática consiste em financiar e refinanciar as atividades principais da propriedade perpetuando um modelo de gestão inadequado que já se mostrou ineficiente” (Entrevistado nº 5).

Em seus estudos, Masson (2013) conversou com o diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) esclarecendo que as linhas de crédito que existem não são acessadas pelos jovens devido à capacidade de pagamento das unidades familiares.

Os extensionistas colaboraram ainda com a sua opinião em relação à principal demanda sobre políticas públicas e ações pedagógicas e motivacionais para os jovens do meio rural, conforme depreende-se do Quadro 4. Para a maioria deles, as políticas públicas voltadas para a juventude são a principal demanda, seguida da especialização dos jovens, que também é um fator importante, assim como as alternativas de renda e a sensibilização da família para que permaneçam na propriedade.

**Quadro 4:** Principal demanda para os jovens rurais

Demanda	Frequência
Políticas Públicas	24
Especialização dos jovens	20
Alternativas de renda	13
Sensibilização da família	12
Moradia rural	8
Investimento em tecnologia	7
Financiamentos	6
Incentivo a venda de produtos	6
Assistência técnica	6
Programa de sucessão familiar	5
Não existe demandas	5
Acesso à terra	4
Autonomia na propriedade	3
Parcerias com instituições	3
Saneamento básico	3
Lazer	2
Ações que despertem interesse	2
Menos burocracia	1
Criação de empregos não agrícolas que não afetem a aposentadoria rural	1

Fonte: a autora, 2020.

Para Masson (2013), o jovem só é um público-alvo quando parte de alguma externalidade, quando há um programa, uma proposta, um recurso

ou até mesmo uma política pública, ou seja, quando há uma motivação externa o risco de uma descontinuação nas ações para os jovens rurais é maior.

Gervazio et al. (2014), elencaram como demandas que os jovens avaliam para definirem sua permanência ou saída das propriedades a ausência de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, o acesso restrito a terra e aos direitos sociais, a falta de oportunidade de comercialização com renda garantida, a mecanização rural, a fuga de desastres naturais (secas e enchentes), a qualidade de ensino e a necessidade de infraestrutura, saúde e transportes.

De acordo com os jovens que participaram do estudo de Kordiac (2016), a sua permanência na propriedade estaria vinculada à necessidade de estradas que apresentassem melhores condições, ao acesso à internet e sinal de celular, à academia, à mais incentivo aos agricultores, à melhoria nos preços dos produtos e decorrente valorização da profissão de agricultor, bem como, a escolas voltadas para a área agrícola e pecuária. Além disso, enfatizam a necessidade de terras mais produtivas; maquinários agrícolas, de palestras, de cooperativas de produção, de posto policial e de indústria para geração de empregos no interior. A demanda, segundo o autor, é grande e aponta para a necessidade de valorização do espaço rural o que levaria os jovens a não procurarem alternativas fora do estabelecimento agropecuário, posto que esses jovens ainda demonstram que querem ter as mesmas condições que a juventude da cidade.

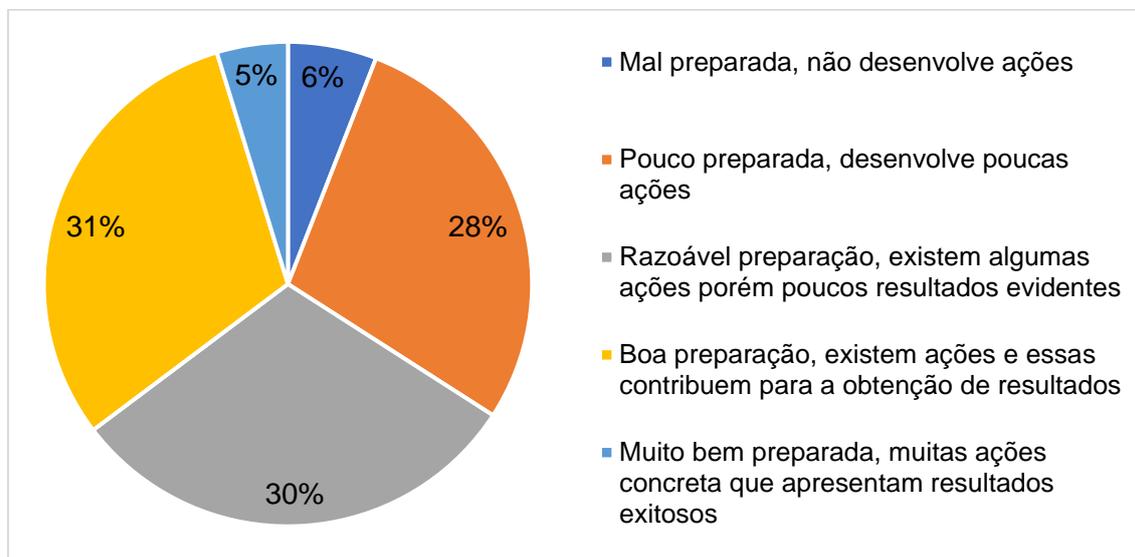
Para Marin e Froelich (2019), os jovens apresentam demandas que buscam a similaridade do campo com a cidade, incluindo o direito à educação, ao trabalho, ao lazer e a atividades culturais, bem como, o direito à terra e à condições dignas de sucessão, ou mesmo de alternativas de trabalho e renda que garantam uma qualidade de vida no local em que cresceram.

#### 4.5. PREPARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Para finalizar o questionário, os extensionistas responderam acerca de como é a preparação da sua instituição para trabalhar com o assunto de juventude e sucessão rural e as respostas obtidas estão demonstradas na

Figura 10, ficando entre a preparação razoável, a boa preparação e a baixa preparação.

**Figura 10:** Preparação das instituições para trabalharem com juventude e sucessão rural



Fonte: a autora, 2020

Ainda sobre a preparação das instituições, foi solicitado aos agentes de Ater que comentassem sua resposta e muitos deles enfatizaram que a extensão rural no estado do Paraná já apresenta uma certa preocupação com o tema, tanto que sempre que possível os extensionistas trabalham com os jovens de forma que eles vejam as oportunidades e decidam ficar na propriedade. Porém nem todos apresentam a mesma visão, posto que alguns afirmam haver falta de pessoal capacitado para trabalhar com essa questão, tendo em vista que é de cunho mais social do que técnico e, muitas vezes, os extensionistas que visitam as propriedades não estão preparados para tal função.

“A formação de nossos profissionais é mais voltada a produção e este tema é um objeto mais voltado as ciências sociais e que exige um trabalho multidisciplinar e que na maioria das vezes falta uma diretriz que faça esta conexão” (Resposta N°4).

“O trabalho da minha instituição nesta área tem mais de meio século. Tem um conhecimento teórico e prático consolidado. As ações implementadas ao longo do tempo contribuíram muito para reduzir ou minimizar o êxodo rural, não só dos jovens, mas também das famílias no seu contexto maior” (Resposta N° 61).

Os cidadãos que vivem no meio rural apresentam sonhos e mudanças que desejam e este é o novo e verdadeiro papel da extensão rural, auxiliando-os no desenvolvimento local a incorporar em seu dia a dia interesses dos agricultores, das famílias e organizações, colocando-os acima da própria instituição que integram (NETO, 1999).

Um estudo feito por Silva et al. (2011) com os agentes de Ater da EPAGRI demonstrou que 20,2% dos envolvidos considera os aspectos sociais como importantes para a agricultura. Neste estudo, os aspectos sociais considerados foram a qualidade de vida, a mão-de-obra familiar, a sucessão familiar, a integração e a participação social, a permanência no meio rural e a humanização da mão-de-obra. Aspectos como o ambiental corresponderam a 35%, a dimensão econômica a 25,4% e o emprego de técnicas agrônômicas a 21,9%, demonstrando que a Ater praticada está mais focada na assistência técnica do que na extensão rural.

Trabalhar com a juventude rural é compreender e refletir seus contextos, cultura, possibilidades e limites. Contribuir com os projetos de vida dos jovens não é uma tarefa simples e nem fácil para as instituições que promovem o desenvolvimento rural, antes, é uma tarefa complexa que necessita de conhecimento, habilidade, acompanhamento e deve ser feita de forma participativa. Sempre considerando as possibilidades e os limites de um mundo a cada dia mais globalizado (MASSON, 2013).

A nova Ater deve procurar novos princípios e técnicas que não sejam aquelas convencionais e direcioná-los para novas formas de desenvolvimento rural e da própria agricultura, respeitando os agroecossistemas, a biodiversidade e a diversidade cultural. Para isso, deve se basear em um manejo ecológico e adequado dos recursos naturais, bem como, na participação ativa dos atores sociais envolvidos. As ações dos novos extensionistas devem buscar a segurança alimentar, produção de alimentos limpos, através da construção de uma plataforma de negociação e assegurar o diálogo entre os sujeitos envolvidos tanto do meio rural quanto do meio urbano (FARIAS, 2010).

Em seu estudo, Mattia et al. (2019), fez uma análise das entidades que fornecem o serviço de Ater para a agricultura familiar na região da Bacia do Paraná 3 (BP3) e constatou que a atuação dos agentes de Ater atende aos preceitos do desenvolvimento rural sustentável, cuidando do ambiente e das pessoas, prestando um serviço gratuito devido a entidades financiadoras. Além

disso, essa atuação conta com a utilização de metodologias participativas, de estratégias multidisciplinares, interdisciplinares e interculturais com equipes e público beneficiário, com a utilização dos princípios da agricultura ecológica, além de contribuir para a soberania e segurança alimentar através dos programas do PNAE e PAA. Sendo assim para os autores, a Ater desenvolvida pelas entidades estudadas na BP3 estão dentro dos princípios da chamada nova Ater.

## 5 CONCLUSÃO

Os agentes de Ater que atuam na região Oeste do Paraná trabalham diretamente com os produtores e seus filhos e, na maior parte das situações, encontram muitas dificuldades em trabalhar o tema da sucessão rural. Em decorrência dessa situação, acabam por não trabalhar o tema de forma direta ou aberta, como visto na nuvem de palavras, evidenciando que não realizam nenhum trabalho específico com os jovens. Porém, em alguns casos, esse trabalho acontece de forma indireta com a tentativa de que os jovens participem de atividades como excursões, cursos, palestras dentre outras.

Na perspectiva desses profissionais, a maioria dos jovens que se encontra nas propriedades estão indecisos entre ficar ou sair, o que aponta para a importância do trabalho dos agentes de Ater na região Oeste do Paraná, pois podem apresentar um cuidado especial com esses jovens, incentivando o diálogo entre pais filhos sobre esse tema, atuando na indecisão desses jovens para obter futuros agricultores. Contudo, para que se chegue a uma tomada de decisão, é necessário que os jovens conheçam suas oportunidades dentro e fora das propriedades.

Mesmo sendo um assunto de cunho mais social, é atribuição e tarefa do extensionista verificar as necessidades dos produtores e auxiliá-los, pois como extensionista, tem em sua grade curricular disciplinas que dão suporte para isso, como sociologia rural e extensão e comunicação rural. Portanto, podem e devem estar se aprimorando para auxiliar estes jovens nas suas necessidades, sejam elas dentro ou fora das propriedades.

Outro ponto em que se poderia atuar é dentro das salas de aulas, nas quais os extensionistas são formados, seja trabalhando o assunto da juventude e da sucessão rural ou ainda apresentando cursos interdisciplinares, como apontados pelos extensionistas. Destaca-se ainda, que essa formação com outros profissionais que não sejam da mesma área agrega um conhecimento que, muitas vezes, passa despercebido pelos extensionistas, mas que auxilia na formação para que trabalhem com mais bagagem o tema e possam obter maiores êxitos com os jovens.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. "**Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**". Brasília: Edições UNESCO, 1998.

BIFF, C. et al. (In) Existência do planejamento de sucessão em empresas familiares rurais do município de Chapecó/SC/(In) Existence of succession planning in rural family enterprises in the municipality of Chapecó/SC. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 4, p. 1295-1318, 2018.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)**. 2018. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/ptBR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-dedesenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em: 24 Mai. 2020.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad. p. 35-51. 2007

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Rev. Estud. Fem.** 2001, vol.9, n.1, pp.22-55. ISSN 0104-026X.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. **Juventude rural em perspectiva**. Mauad Editora Ltda, 2007.

CARVALHO, N. L., et al. Desenvolvimento sustentável X desenvolvimento econômico. **Revista Monografias Ambientais**, 14(3), 109-117, 2015

CARVALHO, S. A.; SILVA, D. F.; ADOLFO, L. G. S. Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, 10(1), 1-24, 2015

CASTRO, C. N de; PEREIRA, C. N. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ater. Texto para discussão / **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea 2017.

CASTRO, E. G. de. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: **UFRJ/PPGAS**, 2005. xiii, 380f. 2v.: il.

CASTRO, E. G.; Iluminando fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil. *In: PINHEIRO, D. et al. (org). Agenda Juventude Brasil: Leituras sobre uma década de mudanças.* Rio de Janeiro: Unirio, p. 61-101. 2016

CASTRO, E.G.de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales, Doctorado en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud del Centro de Estudios Avanzados em Niñez y Juventud de la Universidad de Manizales y el Cinde**, vol. 7, núm. 1, (enero-junio), 2009, pp. 179-208.

CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA. O CAPA: Apresentação. 2017. Disponível em: <http://www.capa.org.br/page/apresentacao/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CHRISTOFFOLI, P. I. Estímulo à cooperação entre os beneficiários da reforma agrária. **Revista Abra**, v.4, 2008.

CONTINI, E. et al. Estilo do Desenvolvimento da Agropecuária Brasileira e Desafios Futuros. *Revista Política Agrícola*, 2010.

CORTINA, N.; SILVESTRO, M.L. Desenvolvimento rural sem jovens? **Rev. Agropecuária Catarinense**, v.11, n.4, p. 5 – 8, dez. 1998.

COSTA, C. A. G. da; **Contabilidade Ambiental – Mensuração, Evidenciação e Transparência**, cap. 1, p. 1-14, 2012.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A Juventude Rural do Assentamento Florestan Fernandes no Município de Florestópolis (PR). **RESR**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 3, p. 415-432, Jul/Set 2013.

DEGGERONE, A. Z.; OLIVEIRA, C. A. de O. A atuação das cooperativas agropecuárias na sucessão geracional na região do Corede Norte (RS). **Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.25, n.1, jan./mar. 2018

DUARTE, L. C. **Atividades não agrícolas e sucessão de jovens no campo.** UFSM – RS, 2019.

FARIAS, R. L. A extensão rural: o desafio da sustentabilidade no agronegócio. **Complexus**, v.1, n.1, p.99-112, 2010.

FERRARI, D. L. et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir. **Rev. Estudos Sociedade e Agricultura**, v.12, n.2, 2004.

FOGUESATTO, C. R et al. Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO**, Curitiba, v.37, n.130, p.15-28, jan./jun. 2016

GERVAZIO, W.; BATISTA, E.; CAVALCANTE, L. dos S. O Êxodo Da Juventude Camponesa: Campo Ou Cidade? **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – v. 9, n. 4, nov. 2014.

HANDFIELD, M.; JEAN, B.; PARENT, D. L'insuccès de la transmission de la ferme familiale: perspectives parentales. *In*: JEAN, B.. LAFONTAINE, D. (dir). **Territoires et fonctions**. Tome 2: Des Pratiques aux paradgmes: Lês systèmes régionaux et les dynamiques d'innovation em débats. Rimouski, Québec, Canada: GRIDEQ, pp. 189-203, 2005.

HARTWIG, M. **Migração campo cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores**. UFSC, 2009.

JONES, G. E.; GARFORTH, C. "The history, development, and future of agricultural extension", in Swanson, Burton E., Bentz, Robert P. and Sofranko, Andrew J. (eds.). **Improving agricultural extension - A reference manual**. Rome : Food and Agriculture Organization of the United Nations, 316 p. 1997

JUNIOR, R. M.G.; LACERDA, A. L. R. Redes sociais e processo de modernização em pequenos e médios estabelecimentos rurais na região sudeste de mato grosso. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração** v. 3 n. 1 Abril, 2019.

KESTRING, K. et al. **Juventude Rural: A Visão dos Jovens de São Miguel do Iguaçu - PR Sobre a Permanência no Campo**.

KISCHEMER, M. A. **A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2015

KORDIAK, Valdomiro. **SUCESSÃO FAMILIAR NO MEIO RURAL NA REGIÃO NORTE DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS/PR**. 2016.

LAVANDOSKI, Sidimar. **A Sucessão e as Perspectivas da Agricultura Familiar: O caso de Sananduva (RS)**. Monografia. UnC, Concórdia/SC. 2011.

MAIA, C. M.; RIEDL, M. Agricultura e dinâmicas do desenvolvimento rural no contexto da globalização. **Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS - v. 14, n. 1, jan./jun. 2017

MARIN, J. O. B. Pronaf jovem: os limites da construção social de jovens emancipados e sucessores. *In*: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Santa Maria – RS Anais [...]. Sober, Brasília, 2017.

MASSON, I. **Juventude e extensão rural: projetos institucionais e perspectivas juvenis**. Dissertação de mestrado. PPGER, UFSM, 2013.

MATTE, A., MACHADO, J. A. D.; Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 135. 2016

MATTIA, V.; ZONIN, W. J.; GREGOLIN, M. R. P. Ações da nova ater para a agricultura familiar na bacia hidrográfica do Paraná 3: caracterização e demandas. **Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.26, n.2, abr./jun. 2019

MENEZES, H. Z.; CATÃO, L. F. Jeffrey Sachs e a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento: uma releitura da Teoria da Modernização. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 169-192, 2018.

MENEZES, I. G. de. Enxada versus caneta: educação como prerrogativa do urbano no imaginário de jovens rurais. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 3, n. 1, p. 24-38, 2009.

NETO, P. C. L. Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade. **Revista de Política Agrícola**, MAPA – ano VII, n. 3, jul-ago e set, 1999.

REUBEN, W. **La juventud rural en América Latina y em Caribe**. San José: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), 1990.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, p. 96, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 159, p. 97-106, 2014.

SCARIOT, Ronaldo Panisson. **Sucessão familiar rural: comparativo entre propriedades rurais diversificadas e com monoculturas**. 2017.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. **IDR – PARANÁ**, disponível em: [agricultura.pr.gov.br/Pagina/IDR-Parana](http://agricultura.pr.gov.br/Pagina/IDR-Parana); acessado em: 12 ago. 2020.

STRAPASSOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agronomias**, v. 8, n. 1, p. 26-29, 2011.

TABARRO, C. **Tramas e dramas da sucessão na agricultura familiar: percepção dos jovens no território centro-sul do Paraná**. Dissertação de mestrado, UNIOESTE, PPGDRS, 2018.

TOLOTTI, Carla Mara Flores; KRUGER, Silvana Dalmutt; PETRI, Sérgio Murilo. Características do processo de sucessão familiar: uma abordagem em entidades rurais de Santa Catarina. **Vivências**, v. 14, n. 26, p. 97-109, 2018.

VEIGA, J. E. da; **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ZANOL, S. V.; STROPASOLAS, V. L.; Projetos juvenis no contexto das novas ruralidades. *In*: MARIN, J. O. B; FROEHLICH, J. M.; **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: UFSM, p. 137-165, 2017.

ZICH, FÁBIO ANDRÉ. **Fatores determinantes para a não sucessão rural pelos jovens de seus pais em uma localidade do interior do município Três de Maio -RS**, 2017.

## 7 APÊNDICE

Questionário disponibilizado para os agentes de Ater responderem de forma online através do google formulários.

### Questionário para os Agentes de Ater

Questionário destinado aos agentes de Ater que atuam na região Oeste do Paraná, com intuito de servir como base de dados para a dissertação de Karina Kestring, sob orientação do Prof. Dr. Wilson João Zonin e co-orientação do Prof. Ms. Vinicius Mattia, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS, da Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE, a qual tem como objetivo analisar a sucessão rural baseado na atuação dos agentes de ater na região Oeste do Paraná.

#### 1 - Instituição que trabalha

Texto de resposta curta

---

#### 2 - Municípios de Atuação

Texto de resposta longa

---

#### 3 - Qual o tamanho médio das área das propriedades que você atende?

- Até 3,5 alqueires
- De 3,5 a 7 alqueires
- De 7 a 16 alqueires
- De 16 a 30 alqueires
- Acima de 30 alqueires

4 - Quais os tipos de atividades praticadas e suas respectivas formas de produção nas propriedades que você atende? (a resposta permite mais de uma opção)

	Orgânico/ agroecol...	Com práticas agro...	Convencional	Atividades não agr...
Grandes culturas (s...	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bovino de Leite	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bovino de corte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fruticultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Horticultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Suinocultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avicultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Piscicultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agroindústrias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Turismo rural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5 - Qual o percentual aproximado de propriedades que apresentam jovens residentes, aqueles que apenas trabalham ou ainda aqueles na qual já possuem sua própria propriedade? Lembrando que a faixa etária para jovens é delimitada por aqueles que apresentam de 15 a 29 anos de idade. (a resposta permite mais de uma opção)

	De 0 a 25%	De 25 a 50 %	De 50 a 75%	de 75 a 100%
A propriedade apre...	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A propriedade apre...	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A propriedade é de ...	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A propriedade não ...	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6 - Dentro do tempo em que atua com Ater, em algum momento desenvolveu/ desenvolve trabalhos específicos aos jovens que vivem no meio rural? Que tipo de trabalho eram/são esses?

Texto de resposta longa

.....

7 - Na sua visão enquanto profissional de Ater, os jovens estão dispostos a continuar o trabalho nas propriedades sucedendo seus pais:

- Na menor parte dos casos
- Na média dos casos
- Na maioria dos casos
- Não querem continuar na propriedade
- Outros...

8 - Comente a resposta anterior:

Texto de resposta longa

---

9 - Existe(m) alguma(s) política(s) pública(s) e/ou de crédito que tem como público alvo os jovens? Você considera que esta(s) está(ão) sendo efetivamente utilizadas no meio em que atua? Discorra sobre.

Texto de resposta longa

---

10 - Sobre o tema da sucessão rural, qual a sua opinião em relação aos fatores que contribuem para a saída ou à permanência dos jovens para a continuidade do trabalho nas propriedades?

Texto de resposta longa

---

11 - Qual a principal demanda de políticas públicas, ações pedagógicas e motivacionais para os jovens do campo?

Texto de resposta longa

---

12 - Você observa a questão da sucessão rural sendo dialogada entre pais e filhos nas propriedades em que trabalha?

- Na menor parte dos casos
- Na média dos casos
- Na maioria dos casos
- Outros...

13 - Você acredita que de alguma maneira pode contribuir para o início ou aprimoramento deste diálogo? Se sim, como?

Texto de resposta longa

---

14 - Como você avalia a preparação da sua instituição em relação a juventude e sucessão rural?

- Mal preparada, não desenvolve ações
- Pouco preparada, desenvolve poucas ações
- Razoável preparação, existem algumas ações porém poucos resultados evidentes
- Boa preparação, existem ações e essas contribuem para a obtenção de resultados
- Muito bem preparada, muitas ações concreta que apresentam resultados exitosos

15 - Comente a sua resposta anterior

Texto de resposta longa